



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30/11/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, bom dia! Que desânimo, gente! Bom dia! Eu sei que nossa vida está dura, sei que nossas dificuldades de assistência são intensas, mas a gente tem que se manter firme para encarar esse processo difícil que está por vir. Já está difícil e, pelo menos eu tenho olhado no orçamento, nossa vida não vai melhorar tanto assim.

É uma audiência pública que foi pensada em conjunto com a Comissão de Saúde, com a Comissão de Direitos Humanos e com a Comissão de Assistência Social e Idoso. Como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, na forma regimental, dou por abertos os trabalhos desta audiência pública. Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios On Line.

Nossa pauta é debater a situação da Assistência Social na última e na atual gestão da Prefeitura de São Paulo, e formas de enfrentamento do desmonte no qual a Secretaria se encontra, bem como a questão dos centros de defesa e de convivência da mulher, entre outras pautas.

Temos alguns convidados: o Secretário Municipal de Assistência Social José Castro, representado pelo Secretário Adjunto de Assistência, Sr. Marcelo Del Bosco.

Chamamos a Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Berenice Maria Giannella, que não vai comparecer. Não sei se tem alguém aqui da Secretaria no momento. (Pausa) Não, infelizmente.

Vou ler a lista das pessoas que foram convidadas e, se já estiver alguém aqui, por favor, venha para a mesa. Se não, se as pessoas chegarem no decorrer dos trabalhos, se apresentem. Chamamos a Presidente do Grande Conselho Municipal do Idoso, Sra. Marli Augusto Feitosa da Silva; chamamos o CMDCA na pessoa da Presidente, Sra. Marisa; Núcleo da Infância e Adolescência do Ministério Público do Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Dias, que falou que vem, mas não conseguiu chegar no horário inicial; Núcleo do Idoso do Ministério

Público do Estado de São Paulo, Dr. Delton e Dra. Cláudia; Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Dr. Daniel Secco, que também disse que viria um pouco mais tarde; Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Dra. Fernanda Dutra Pinchiaro; Núcleo Especializado da Criança e Adolescente da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Dra. Ana Maria da Silva; Núcleo de Promoção de Defesa das Mulheres da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Dra. Ana Carolina – que estão confirmadas e não chegaram ainda. (Pausa) Já chegou? Então, por favor, venha para a mesa. Fórum de Assistência Social, Regina Paixão, que já está aqui confirmada. Então, ficou combinado de que não vão compor a Mesa, mas farão a fala inicial de abertura.

A ideia inicial é fazermos uma abertura. Há muitos fóruns e núcleos aqui representados.

Tem a palavra o Sr. Fábio Rodrigues.

O SR. FÁBIO RODRIGUES – A nossa ideia foi que esta audiência pudesse ter uma fala mais aberta para a sociedade civil. E, aí, reunimos algumas entidades que farão uma abertura inicial: o Fórum de Assistência, a Frente, o COMAS, o Sindsep.

Então, todas essas entidades farão uma fala de abertura. Na sequência, a ideia é que se alguém do plenário quiser, ainda, complementar alguma informação, poderão fazê-lo. E, aí, sim, traremos para a Mesa para que o Sr. Secretários, os Srs. Vereadores e membros dos órgãos – Ministério Público e Defensoria Pública, se chegar – possam fazer as considerações diante do que foi colocado aqui. A ideia, no primeiro momento, é fazer um quadro diagnóstico da Assistência. A ideia era fazer da Assistência e também dos Direitos Humanos. Mas estamos focados, hoje, na questão da Assistência Social.

Sem mais delongas, vamos começar.

Tem a palavra a Sra. Regina.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Claro que em uma audiência pública é

sempre bom ouvirmos. Mas eu acho que se combinarmos os nossos horários, conseguiremos ouvir todo mundo, ouvir a Mesa e dar os encaminhamentos. O que me deixa angustiada, às vezes, é que falamos, falamos e falamos e, no final, não temos os encaminhamentos.

Então, vamos tentar reduzir a nossa ansiedade da fala. Vamos tentar falar de forma objetiva para que possamos conseguir, ao final, dar encaminhamento às nossas ações, para não ficarmos meio perdidos.

Tem a palavra a Sra. Regina, do Fórum de Assistência Social.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço, de forma especial, às duas Comissões que abriram espaço para que nós, de novo, apresentemos nossas demandas, nossas angústias. Que bom que Eduardo Dias disse que vem; também tem o pessoal do Nudem; todos os conselheiros estão presentes, mas a história é longa. A história é longa. Muitos de nós estivemos juntos em muitos momentos. Estava conversando com a Márcia Perrone que precisamos falar também que a Frente Parlamentar em defesa do SUAS está instaurada com alguns Vereadores, que estão sempre conosco, que pegaram essa causa. Foi difícil, né, Juliana, chegarmos ao número de seis: Juliana, Suplicy, Sâmia, Toninho Vespoli, Soninha, Patrícia Bezerra. E, aí, quem tem afinidade com algum Vereador precisa conversar, porque, naquela luta do Orçamento que temos tido, percebemos o quanto é desconhecida a Assistência Social. Então, mesmo quando fizemos aquela luta pelo Orçamento, passando comunicados pelos gabinetes: “O que vocês fazem mesmo? O que é Assistência Social?”

Então, fica, aí, na galeria para quem estiver assistindo e a todos os Vereadores também para, de fato, assumirem essa causa conosco, essa luta, porque sabemos que estamos em um momento em que o Orçamento é pífio. Estamos lutando. Estamos conversando e a Secretaria também. Mas sabemos que corremos riscos. Há um corte federal que afetará também o Municipal, ou pode afetar o Municipal. Por isso que também insistimos nesta data para esta audiência. Mas vamos lá.

- Oradora passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. REGINA PAIXÃO – A temática que nós, como grupo, fechamos: a situação da Assistência Social na última e na atual gestão da Prefeitura de São Paulo e as forma de enfrentarmos os desmontes da Secretaria. Quem está puxando, então, é a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e a Comissão do Idoso e da Assistência Social, que acaba assumindo, aí, as nossas demandas.

Acho que quase todos já conhecemos, um pouquinho, esse gráfico aí. Fizemos esse levantamento no fervor do ano passado, de tudo que foi mudando e acontecendo. Logo que virou a gestão, acho que muitos se recordam, houve um decreto dispendo que todos tinham de conter gastos. O decreto dos 30%. Era o Decreto nº 57.580 e que dispunha que toda Prefeitura tinha de trabalhar com a redução de 30%. E, logo de cara, em nossas bases, em nossas periferias, em nossos serviços, a parte afetada foi a questão do aluguel. Então, nós sabemos que, não só em nossa Secretaria, mas em diversas Secretarias, todos que têm uma parceria com o Poder Público e que precisam ter um imóvel, todos sofremos um grande impacto, que não conseguimos resolver até hoje. Para quem não está sabendo, o que aconteceu? Um proprietário alugava uma casa para um CCA, para um CEI, para um SAICA, tinha um valor. E, aí, o Prefeito disse que o valor do aluguel seria a partir do valor venal. E, em nossas periferias, área de manancial, não existe espaço legalizado e, aí, começou a nossa via sacra, o nosso terror. Viemos aqui e conversamos com alguns Vereadores. Mas, enfim, muitos proprietários não aceitaram. Muitas organizações, que estão nos extremos, que não conseguem espaço, assumiram uma contrapartida para não perderem o serviço e não prejudicarem o usuário. E, assim, logo de cara, já pedimos para a Mesa, para o pessoal do Nudem, da Defensoria Pública, do Ministério Público, levarem para o Prefeito de que precisamos, ao menos, ampliar essa porcentual, para que não seja 0,8 do valor venal. Para que amplie um pouco.

Mas aquilo foi só o começo. Depois, a luta continuou. Logo de cara, tivemos que

enfrentar a questão do desmonte do SEAS. Temos trabalhadores, aqui, do SEAS, do Centro de Acolhida, usuários também. De repente, soubemos que mudaria o serviço. Estou sendo bem sucinta, porque ainda tem muito para falar. E sofremos naquele momento, aquela dor da transição, que prejudicou o usuário. Tivemos 400 colegas na rua, pelo que eu sei. Imaginamos que tenha sido mais. As organizações, que trabalhavam nessa temática, nessas demissões, tiveram – e ainda acredito que têm ainda – um rombo muito forte. E a maior consequência disso nós vemos nas ruas de São Paulo hoje. O que nos chamou a atenção é que não foi consultado, não veio para o COMAS. Enfim, fizemos muitos momentos em defesa dos trabalhadores do SEAS, naquela época.

Nas imagens 3 e 4, entramos muito nessa questão do SEAS que foi fechado. Aquele momento difícil. Mas na imagem 5, também, logo de cara, já emenda. Vocês se lembram do nosso Criança Feliz? Dá para esquecer? Acompanhamos o programa da primeira dama e, aí, resistimos nesse programa assistencialista que vinha para São Paulo. Com a turma do SEAS fomos para a rua. Naquele ato, a gente fala que a GCM deve ter receio de nós até hoje, porque em agosto, do ano passado, fechamos as duas ruas da Câmara Municipal, enquanto o COMAS e os colegas estavam aqui em cima discutindo, trabalhando para que, de fato, não votássemos no Criança Feliz, porque víamos um programa assistencialista, de primeiro damismo, mas já sabemos o que aconteceu. Vimos organizações com conselheiros acuados e o programa passou. E o que mais nos assusta e que trazemos aqui, já tivemos audiência pública sobre o Programa Criança Feliz, é que o recurso não chegou, não houve um plano novo, não tivemos trabalhadores novos. O investimento não foi para as pastas afins. Hoje, temos um sucateamento do SASF. Tivemos uma audiência em que propusemos, e vamos propor de novo, a suspensão desse programa enquanto não se resolver essa questão administrativa, burocrática. A justificativa, dada no Conselho, foi que tínhamos o Mãe Paulistana, mas ele não era da Assistência, não tinha passado pelo COMAS. Mas, ao mesmo tempo, dizíamos: “Tá bom, foi votado, mas vai para outra pasta, com recurso e com tudo. Não

sucateiem os serviços da Assistência”, diretamente do SASF, que falaremos um pouquinho mais dele já, já.

E, aí, foi. Então, foi um 2017 de muita angústia, de muito trabalho. Vários serviços foram fechados e iam ser fechados e, aí, quando nos juntamos em agosto ficamos sabendo que isso foi suspenso, graças às pressões. Mas tivemos vários serviços fechados e que ainda não foram recompostos nas bases.

Em 2017, nós, Fórum da Assistência, nós, COMAS, ainda tínhamos o desafio de estar nas 32 conferências regionais, também fazendo um paralelo, indo para a Municipal com muito custo, trabalhando na questão das TRs, que legitimam a execução da conferência. Mas demos conta. Conseguimos chegar nas conferências regionais e municipais. Com isso, conseguimos um elo, um vínculo muito bom com os trabalhadores, com os usuários e com as organizações.

E, aí, o 10º ponto: tentamos efetivar a audiência pública, com o nosso antigo Secretário, mas foi aquela em que ele saiu. Foi aquele momento bem desconfortável. E também por isso é que estamos aqui hoje, para dar continuidade, mas muita coisa já mudou.

Por que só colocamos *slogan* do COMAS aqui? Diante de tudo o que falamos, em momento algum, naquela época, o Conselho foi consultado, e nós entendemos o Conselho Municipal como instância deliberativa, onde precisa passar tudo que esteja relacionado à política da Assistência Social. Então, a mudança do SEAS não foi passado. A questão dos planos emergências, TTA, não foi passado. Então, com tudo isso, tivemos de apanhar bastante para, depois, tentarmos melhorar um pouquinho essa relação. Então, isso muito nos angustiou. E aqui também fica um apelo para que nos apropriemos do COMAS, para que não deixemos os conselheiros sozinhos nessa missão, para que possamos cobrar, porque não sabemos o que está por vir a partir de janeiro de 2019. Mas só trouxe isso para ilustrar que nada foi passado para o Conselho, e entendemos que tudo precisa passar pelo Conselho.

E, aí, chegou a Lei nº 13.019, marco regulatório da sociedade civil que mexe com

toda a relação político-privada na Assistência Social. Então, tem o decreto municipal e vieram as portarias. Alguém conhecer a Portaria nº 55? Caducou. Agora temos a Instrução Normativa nº 3. Eu costumo falar que o marco foi pensado em uma gestão e executado em outra. E sabemos que existem mais desafios. Mas o que queremos deixar registrado? Quem estava na audiência pública do Ibirapuera vai se lembrar de que o Josias, que era da Corregedoria, falava muito que o marco regulatório, em São Paulo, precisava de, no mínimo, dois anos de adaptação. Dois anos, no mínimo, de adaptação. E nós todos, aqui, somos executores na ponta, e sabemos como é que está isso.

Então, começamos um ano com a abertura de conta e havia organização que não tinha aberto conta. E tivemos aquela questão das conciliações, com o povo sofrendo nas conciliações. Isso eu estou resumindo, né. E a execução, e o trabalho e nós tentando fazer com que o trabalhador entendesse o marco regulatório; o reflexo no usuário, tudo isso foi trazendo um grande desgaste e, hoje, o que pensamos e até vamos propor, aqui, para a Mesa. Nós, de fato, estamos falando da Assistência, mas é para todos, mas, de fato, para a Assistência, que possamos pensar que período de adaptação é esse? Porque as coisas estão vindo. Então, é documento que vai, é documento que volta, que vai para a contabilidade... É assim ou não é? Porque, lá no SUAS, onde eu estou, estamos sofrendo com isso. Então, estamos pedindo um tempo a mais de adaptação e também para o trabalhador, porque as normas contábeis, a legislação, não sei se está todo mundo afinado.

Temos discutido, quanto ao marco regulatório, por que tem de ter anuidade no mês de julho e ela não pode ser conforme o ano fiscal? Temos o recurso. Se não gastamos, vai somando e jogamos para o ano fiscal, ou já vai tirando mês a mês. Eu sei que é uma questão técnica, mas para desafogar um pouquinho. Como que é na base hoje? Não gastou em julho, ou desconta ou você devolve. Você vira os seis meses com um recurso a menos. Então, isso é muito sério. Isso está levando muita organização quase à falência. Toda essa questão do aluguel, marco regulatório... E, aí, outra proposta dentro disso é que possamos fazer um

marco zero na assistência social. O que é fazer um marco zero? Vamos começar de novo? Até pensando nessas organizações que tiveram tantas demissões. Como podemos pensar em uma anistia financeira aí, para podermos respirar, já que tem o orçamento lá na ponta. Estamos tentando, mas sabemos que não teremos tantos recursos para 2019. Então, há uma proposta de anistia das dívidas, dentro do marco; há essa proposta de se jogar a anuidade para o final do ano, e esse período de adaptação para todos.

Outra preocupação nossa, além do Criança Feliz, é também olhar para os serviços de SAICA, que é o acolhimento de crianças e adolescentes. Existe a Resolução nº 0203, com o COMAS e CMDCA, que já faz um tempo que decidiu que o atendimento à criança e ao adolescente, no SAICA, tem de ser 15, sem perda financeira, sem perda de equipe. Ok. Só que, para nós darmos conta em São Paulo, precisamos de serviços novos de SAICA. Para isso, precisamos de recurso. Então, isso está complexo. O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente não vai emitir registros para quem estiver no período de renovação, para as organizações que trabalham com criança e adolescente. E, aí, já trouxemos isso aqui, na audiência, porque já estamos vendo um fantasma: entidade não tem registro, não pode atender criança e adolescente. Eu acredito que todas trabalham com criança e adolescente. Sem registro, não fazemos nada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Regina, eu só não entendi qual é o registro.

A SRA. REGINA PAIXÃO – O registro do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, que é um dos mais sérios para podermos executar.

E, aí, Juliana, já vemos um fantasma quando pensamos: se não tiver registro, não poderemos trabalhar. E, aí, peço até para os conselheiros, aqui presentes, para que façamos uma pauta. Isso sem contar todas as outras: a questão do idoso, serviço de medida, a questão da mulher em situação de violência. Ora ouvimos que vamos para a Coordenadoria da Mulher, que sairá da Assistência. Sabemos que foi um ano difícil também para o atendimento às

mulheres, com a construção da norma técnica.

Para encerrar a minha fala e aproveitando que o Marcelo está aqui, no nosso ato, da semana passada, fechamos a nossa carta dizendo que, por todo esse histórico aqui nada sobre nós, sem nós. O que for pensado, o que for estipulado, que levemos o Conselho, que chamemos os coletivos afins para que acertemos e não erremos mais. Não dá para errar e, depois, ficar consertando. No nosso histórico inicial foi muito isso: aconteceu, volta, isso não dá. Agora, estamos na possibilidade, e já falamos isso para o José de Castro no dia do ato, falamos na reunião que tivemos à tarde também. Falamos: “José de Castro, agora é você no comando. Antes tínhamos o Sabará. E agora?” Colocamos para ele a questão dos assédios aos trabalhadores - todos, e não é só com o servidor -; a ONG também é acuada; o usuário que sente esse reflexo lá na ponta. Então, colocamos isso para toda a Secretaria e também colocamos isso aqui para reforçar: nada sobre nós, sem nós, para que consigamos avançar. Diante do ano que vem, também temos medo, mas esperamos que possamos somar, que possamos estar juntos pensando, cada vez mais, na execução da política.

Eu paro por aqui para passar para a Darlene e o João, e vamos nos complementando.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. DARLENE – Bom dia. Eu sou a Darlene. Estou no Conselho pelo segmento dos trabalhadores e estou na vice-presidência, neste momento.

Só para reforçar a fala da Regina, em relação ao CMDCA, nós, Conselho, ainda não sentamos, mas a nossa posição é realmente de extrema cautela em relação a isso, porque é uma questão muito complicada você penalizar as organizações por um problema da Secretaria. Essa questão, inclusive, está no Ministério Público, já há uma resolução do Ministério Público. Se não conseguirmos complementar o orçamento, a Secretaria não vai conseguir fazer essa resolução, que é a questão dos... Tem um plano de escalonamento que teria abertura de 15 novos serviços, com 15 adolescentes – SAICA, Serviço de Acolhimento

Institucional de Criança e Adolescente -, já em 2019. Isso foi um plano proposto dentro do Ministério Público, porque a resolução dava prazo até o final deste ano para que todos os SAICAs estivessem nessa situação. E, aí, sem a questão do Orçamento, não conseguiremos fazer, SMADS não vai conseguir fazer e, aí, as organizações é que serão penalizadas, que não têm absolutamente nada a ver com isso, e as próprias crianças, porque o certificado do CMDCA, não se renova convênio, as organizações não conseguem entrar nas sessões públicas. Enfim, é uma situação bem complicada.

Em relação aos trabalhadores, eu queria colocar aqui uma definição da Associação Nacional dos Magistrados e na Justiça do Trabalho, que diz que precarização no trabalho é a intensificação e ampliação da exploração e espoliação da força de trabalho, ocasionando o desmonte de coletivos de trabalho e resistência.

Acho que vamos começar por aí, porque a gente está vendo exatamente esse quadro se desenhando na questão dos trabalhadores. Porque numa situação onde você tem um desmonte, onde você tem um orçamento que vem gradativamente sendo cortado, onde você não vê uma prioridade em relação à assistência – e não é só a nível municipal, vemos isso a nível nacional – é triste irmos conversar com deputados, senadores e vereadores e eles desconhecem o que é a assistência social, as pessoas, enfim. E numa situação dessa, como a gente brinca, a corda estoura sempre do lado mais fraco. E qual é o lado mais fraco? É o do usuário e o do trabalhador. O usuário, enquanto protagonista, e o trabalhador, que é o que faz a política acontecer. Sem esses dois atores a política da assistência social não acontece.

E aí a gente vê o quê? Quando você vê um adoecimento gradativo do trabalhador, isso acaba ocasionando impacto direto no usuário atendido, porque é esse trabalhador que faz a política chegar ao usuário. Então, vemos uma situação onde você está vendo um adoecimento do trabalhador, do usuário, da política como um todo e parece que nada acontece, parece que está tudo bem, tudo tranquilo, invisível. Exatamente. A invisibilidade, nós trabalhadores e usuários, somos invisíveis, apesar de sermos nós os responsáveis para que

essa política aconteça.

A gente vem vindo num desmonte que não posso dizer que seja específico só dessa gestão, mas que se intensificou nessa gestão, porque essa desvalorização já vem vindo há muito tempo. Para termos uma ideia, temos praticamente 20 anos do SUAS, que preconiza o atendimento direto do serviço, ou seja, o vínculo direto do trabalhador para que ele não seja rompido e na cidade de São Paulo temos 90% dos serviços ainda conveniados. Quinze? Então, 90% na maior metrópole do país ainda com os trabalhadores sem garantia. Isso ocasiona uma insegurança no trabalho, a gente vem vindo numa questão de pressão, onde você tem uma pressão por quantidade e não por qualidade. Então, esse trabalhador é pressionado a preencher relatórios e dar quantidade de trabalho. O coletivo de trabalhadores você não consegue que aconteça, a discussão entre os trabalhadores, a discussão de casos, a política mesmo ali, a de prevenção, então, não existe.

Vemos hoje a prioridade para o combate à pobreza com a pobreza já instalada, não existe uma discussão da prevenção dessa situação de pobreza e estamos vendo, a nível nacional, essa situação se agravar grandemente.

Eu vim agora de um encontro de conselhos do CNAS extremamente angustiada, porque a nível nacional a gente vai ter um corte de 30 bilhões. Gente, é muita coisa. E não é no Governo novo que vai entrar, é esse orçamento que este Governo que está aí, esse Governo golpista que está aí fez. O orçamento passado da assistência foi de 54 bilhões, ele vai para 30 bilhões esse ano.

Então, imaginem e tenham uma ideia e uma noção do que pode acontecer. E o pior, os maiores cortes estão previstos no BPC e no Bolsa Família. Além de entendermos que a nível nacional aqui no Município de São Paulo teremos um problema muito sério, e fiquei bastante preocupada, inclusive com a conferência, porque a conferência é praticamente totalmente financiada por verba federal, verba do IGD-SUAS que a gente chama, então não sei como a gente vai ficar. Mas aqui, a gente ainda tem o Fundo Municipal que acaba contribuindo

com a maior parte do valor na conjuntura toda.

Mas, temos centenas, milhares de municípios por todo o Brasil que só têm a verba federal para fazer a assistência, eles não têm caixa próprio no Município para fazer, municípios que só têm dois ou três CRAS. E aí? Como é que vai ficar isso? Vai fechar. Então, a gente já estava angustiada aqui e eu acho que a gente está, do nacional, muito mais angustiada com toda a situação.

Mas, vindo para cá, para o Município, eu acho que devemos aprofundar um pouco mais do que exemplificar, porque é isso o que estamos dizendo, que quando acaba, a corda sempre estoura para o nosso lado. Em primeiro lugar, tivemos ações muito, muito ruins do início desta gestão, a questão da ação dentro da Craco, que culminou nessa bendita Portaria 41, que do dia para a noite botaram 400 trabalhadores na rua, porque simplesmente acharam que tinham de fazer uma mudança.

Assim, sem consultar ninguém, sem consultar conselho, veio de cima para baixo e, do dia para a noite, 400 trabalhadores, educadores sociais, que fazem um trabalho extremamente desgastante, mas que é fundamental, porque é um trabalho de busca ativa, é aquele trabalho de criação do vínculo para que esse usuário saia da rua, venha para dentro dos serviços, ou venha para dentro da rede, para que ele possa entender um pouco da sua situação.

Acho que é base realmente o SUAS, porque o que é o SUAS? O SUAS, na verdade, não é... A assistência social não serve para que a gente dê, como eu posso dizer a vocês? A gente faça a ajuda imediata, mas sim que a gente faça com que os direitos da pessoa sejam cumpridos. Esse serviço de abordagem direta é o principal, é o mote, e de repente, esses trabalhadores se viram na rua. Foram fazer várias manifestações, tiveram de invadir o sindicato, porque vemos exatamente isso: os coletivos acabam se enfraquecendo por conta de toda essa conjuntura.

Essa outra questão do SAS é gravíssima, estamos montando e já chamamos

dentro do conselho a Defensoria Pública. Estamos montando um documento, porque gente, a história do Criança Feliz é complicadíssima dentro do conselho. Todas as coisas que a gente, enquanto conselho, apontou para que não fosse feito o aceite estão acontecendo e de maneira pior, porque uma das coisas que apontávamos é que as equipes estavam em desacordo com o SUAS, a partir do momento em que não tinha uma assistente social responsável pelo PIA de cada família. Como resolveram? Botaram isso dentro do SASF, que é um serviço que foi criado e que a maior meta é fazer a busca ativa, é ir lá naquelas famílias que estão fora do sistema para que elas entendam, para que entrem no sistema e para que consigam sair dessa situação de pobreza extrema, dessa situação de vulnerabilidade. O que conseguimos com isso? Conseguimos fazer com que, de repente, essas crianças não vão para a rua e várias coisas, que é a questão da prevenção.

Esse serviço ficou descaracterizado quando se colocou. E se colocou também que o serviço não está totalmente completo, porque são mil famílias e na maioria dos SASFs existe um estudo. Essa foi a discussão dita em SMADS, de que nem todos os SASFs têm as mil famílias referenciadas.

Okay, só que simplesmente se distribuiu cem famílias por cada SASF sem ter um estudo de território. Então, nada disso justifica, além do que temos uma verba, que é a verba do Criança Feliz, e ela vem para o Criança Feliz. Ela não está sendo aportada dentro do SASF, ou seja, o SASF continua com a mesma verba, tem mais trabalho, os trabalhadores servidores estão sendo pressionados a assinarem uma ação de contas que não existe, porque esse serviço não pode ser incluído dentro do plano de trabalho.

Então, são algumas situações e para concluir, porque já falei muito, temos um desmonte das situações de controle. A gente vem tendo um desmonte gradativo dentro do conselho e esse desmonte, como eu disse no começo, vem atingindo o lado mais fraco, diretamente os trabalhadores do conselho. Duas secretárias executivas que tinham mais de dez anos foram transferidas agora. Houve outro problema, queriam transferir mais outras duas

pessoas. Há troca de conselheiros direto, pressão em cima das funcionárias lá dentro para que não façam, não mandem os processos para o território.

Enfim, acho que o nosso trabalhador está adoecido, está sendo assediado, o salário é extremamente baixo e há atraso, não tem nenhuma garantia, não tem alimentação garantida, porque em alguns locais não tem verba de alimentação e não tem *ticket* refeição também. Então, o trabalhador sai para a rua para fazer a abordagem e não tem alimentação para ele. Quer dizer, isso não é um problema da organização, é da política, porque isso está proposto dentro, é um direito do trabalhador, mas a organização não pode colocar dentro do plano de trabalho. Não é aceito o pagamento do *ticket* refeição.

Com esse adoecimento, o que acontece? As organizações coletivas vão se enfraquecendo, os trabalhadores vão desanimando, vão dizendo: “Poxa, não adianta”. Vão para lá, vêm para a rua, é demitido, porque não tem nenhuma garantia, você está trabalhando hoje e amanhã pode estar na rua simplesmente porque veio aqui numa audiência pública.

Então, é isso, estou concluindo, a gente teria muita coisa para falar, mas acho que para iniciar já é o bastante. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem. Costumo dizer que estamos com tantas angústias e tantas coisas têm acontecido ao mesmo tempo, que não temos conseguido colocar tudo o que precisa ser falado. Mas, vou ficar num papel muito ruim e que não gosto, de pedir para as pessoas falarem um pouco menos. Para vocês terem uma ideia, começamos nossa audiência às 10h15 em ponto e já são 11h e só falaram duas pessoas. Então, vamos tentar ser um pouco mais objetivos para que, enquanto o Secretário-Adjunto estiver aqui presente, consigamos fazer alguns encaminhamentos e ouvir a Defensoria também. Além das pessoas que estão falando, já temos cinco pessoas inscritas e não sei se haverá mais inscrições.

Vou pedir para que a assessoria da Vereadora Soninha Francine levante a mão, pois havia pedido para ser anunciada. Anuncio também o Vereador Toninho Vespoli, que está

aqui na frente, e o Vereador Suplicy, que está ao lado.

Por favor, é extremamente importante que vocês assinem a lista de presença, pois assim vocês vão obter informações de mobilizações e eventos que vão acontecer no decorrer do tempo.

Tem a palavra a Sra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA – Bom dia a todos.

Meu nome é Márcia. Eu fui servidora pública por 32 anos na SMADS. Costumo dizer que, depois de 32 anos, é como se a gente tomasse *crack* na veia – ela não sai da gente. E eu quero começar a minha fala dizendo que é com muita tristeza que eu venho aqui declarar esse desmonte que foi feito durante esses dois anos, com repercussão para todos nós, trabalhadores, usuários e organizações, e que inviabilizou, de fato, a ampliação da política de assistência social e a implementação da assistência social.

Com todas as dificuldades que tivemos nos últimos 15 anos, passando por várias gestões, aos trancos e barrancos, conseguimos ampliar a rede de serviços na cidade, que era mínima há 15 anos, porque não existia financiamento público federal – e com esse fomento a rede se ampliou, e muito. E é difícil para a gente, que esteve na luta durante 20 anos para implementar uma política de assistência social no país, perceber que a ampliação dos serviços vem decaindo. Mas eu gostaria de registrar que nesta gestão não houve ampliação, o que foi muito ruim.

Se nós verificarmos, se fizermos um estudo quantitativo de todos os serviços, não poderemos observar que, nesses dois anos, foram abertas somente 200 vagas para proteção social básica. Isso é inadmissível. O Município vinha num movimento de só ampliar a proteção especial, só atacar os problemas já configurados, já instalados. E nós, dentro da Secretaria, técnicos, sempre discutimos que nós estávamos indo para o lugar errado, porque deveríamos atacar a proteção básica, que é a proteção que previne, não permite que o indivíduo caia na vulnerabilidade. E nós, técnicos, sempre fizemos muita força para isso. Brigamos muito para

ampliar essa rede. E aí percebemos, agora, que houve uma ampliação de apenas 200 vagas, mas houve um desmonte na básica muito significativo. Vamos ver que o desmonte foi tão grande que eu acho que agora, com as notícias que a Darlene trouxe do nível federal, de que não teremos mais os investimentos que tínhamos, a pobreza e a desigualdade vão realmente se aprofundar. Já percebemos isso nos CRAS e CREAS. Os nossos colegas detectam muito facilmente isso. Hoje se voltou a pedir cesta básica, coisa que há muito tempo não era o forte do atendimento no CRAS. Mas, em contrapartida, o gasto com os serviços também diminuiu. Setenta milhões parece pouco, mas, para a gente, é muito, porque o dinheiro é muito contato. E essa diminuição também se refletiu no processo que aconteceu.

Apesar de toda essa diminuição, com fechamento de serviço, não cresceu o valor dos gastos com as ONGs, o que acontece? A inflação cresceu 5,97% pelo IPCA. A receita corrente líquida da Prefeitura foi de 42 bilhões para 49 bilhões, ou seja, um crescimento de cerca de 7 bilhões de um ano para o outro. A proporção de despesa com o pessoal público foi de 38,68% para 36,60%. Lógico, morre gente, não houve aumento salarial há 17 anos. E quando eu conto isso em qualquer lugar que eu vou o povo não acredita. São 17 anos que nós não recebemos recomposição salarial. É muito sério, gente. E agora vem o Sampaprev, para culminar com a cereja do bolo. A dívida líquida consolidada diminuiu de 92% para 88%. Então, como podemos perceber, o quadro é favorável para quem está no governo. Entrou mais dinheiro, mas houve 30% de corte, o que repercutiu significativamente na demanda dos serviços. Vou citar alguns casos.

A gente tinha um grupo de pessoas que limpava. Hoje, não existe mais; existe uma pessoa. Se a pessoa ficar doente, bau, bau. Isso num lugar enorme, onde transita milhares de pessoas durante o dia. Uma pessoinha. As viaturas foram cortadas. Essa cidade é imensa. Você vai para um serviço, você anda 30, 40 minutos para chegar no serviço de carro. Ônibus nem pensar, porque você não vai fazer mais nada durante o dia. Então esse corte foi muito significativo, e acabou mexendo com a estrutura, a dinâmica da Secretaria.

Eu quero registrar que foram fechados só na proteção básica 31 serviços. Eu falo isso com uma dor no coração, porque é usuário da ponta que não está sendo atendido. São crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência que estão lá na ponta. Eu queria saber o que eles disseram para os usuários quando fecharam os serviços. Colocou onde? Fechou a porta e foi embora?! Porque não tem como alocar nos outros serviços, porque a demanda está explodindo pelo ladrão. O que falam quando fecham os serviços?

O que podemos perceber: dez serviços só de CCA. Vocês sabem que a molecada não pode ficar na rua, temos que tirá-los da rua. E o CCA é um serviço que acolhe criança e adolescente, para que não fiquem na rua, não transitem com droga. Esse é o papel: fortalecimento de vínculos. Foram 10.710 vagas. Foram 13 CJs. Quem é que disse que política de adolescente é só Cedesp, é formação profissional? Quer dizer que ele é um jovem que só tem como perspectiva isso? O CJ tem o papel fundamental de fortalecer os vínculos com a comunidade, com a família, de buscar alternativas que vão ao encontro daquele adolescente. Foram 13 fechados. Cinco NCIs fechados, 500 vagas. Sabe o que é NCI? É Núcleo de Convivência de Idosos. Idosos que ficam sozinhos, deprimidos. SASFS foi o *boom*: seis foram fechados, sendo que cada um atendia mil pessoas. Multiplique famílias por quatro; quatro vezes seis; 24 mil pessoas deixaram de ser atendidas. Isso é muito sério. É como se a gente retirasse o nosso time de campo do território, porque o SASF vai lá na pontinha, atende a família, bate na porta e sabe exatamente o que acontece.

Para culminar, fecharam o Núcleo do Migrante. Para quem não sabe, o Núcleo do Migrante era um serviço que tinha na Rodoviária Tietê que ofertava passagens e fazia o acompanhamento junto com os centros de acolhida. Imaginem uma megalópole como esta, uma pessoa que chega e não sabe se situar, que não sabe onde vai dormir, e aí o povo dizia “vai andando que você vai achar; é na rua tal”. Tinha que existir um serviço que referenciasse aquelas pessoas, que as acolhesse. Mil e quinhentas pessoas eram atendidas. Eu queria saber dos venezuelanos, haitianos, esses últimos que estão chegando, que eu nem sei mais quais

são, como que eles estão chegando. A sorte deles é que eles já vêm com o papel do padre, lá do Glicério – “Ah, lá, o Glicério é lá” –, daí vão andando e chegam no Glicério. Acabou. É sério isso. O desmonte foi muito grande.

Eu queria mostrar um quadro que a gente custou muito para levantar. E ele não está completo. Nós levantamos o número de profissionais de CRAS e CREAS da cidade de São Paulo. Hoje de madrugada, computando os dados, eu não acreditei. Eu fiquei assustadíssima, e acho que vocês também vão ficar com o número de servidores que vamos apresentar aqui.

Supervisor: um para cada supervisão regional; são 32, não tem diminuição.
Coordenadores do CRAS: os mais variados possíveis, normalmente pedagogo, psicólogo e assistente social, mas, hoje, vemos a configuração do assistente social, o que, a meu ver, e aí eu vou falar sob a minha ótica, o quadro da (Ininteligível) propõe um quadro multiprofissional, exatamente porque é pela riqueza de ideias, saberes e trocas que a gente cresce, se encaminhar e se entrelaça no trabalho. Então, no quadro, aparecem quatro assistentes sociais – em maior número, lógico –, um psicólogo e um profissional de humanas. Além desses, tem um profissional de nível médio, que ajudaria na parte administrativa. A cada cinco mil famílias, quatro assistentes sociais, mais um psicólogo e um pedagogo. Isso foi lançado em 2004. Foi um quadro que, para São Paulo, não cabe muito, porque aqui é tudo muito grande. Queria ter trazido o número de famílias, até porque não há nenhum distrito abaixo de cinco mil famílias. Então já deveríamos, hoje, ter pelo menos seis profissionais em cada CRAS. E quando você vai se defrontar com os coordenadores de CRAS e técnicos, olhe o número de assistentes sociais que existem nos CRAS. Ele não está completo, faltam alguns CRAS que eu não consegui: 200-220-250 técnicos, que são os que faltam, entre 143 assistentes sociais; 6 pedagogos. Eu digo para as minha amiga que elas viraram tudo jurássicas lá – “Vocês já estão para morrer e já estão para virar o Cabo da Boa Esperança”. Não tem psicólogo. Uma nutricionista, que eu nem sei quem é. Uma! Uma que está lá jogada, fazendo trabalho técnico.

Há dois psicólogos efetivos e alguns AGPPs, pouquíssimos. Isso porque AGPP é artigo de luxo na Prefeitura, todo mundo briga para ter. AGPP é o profissional que trabalha na parte administrativa, que dá suporte total ao trabalho do CRAS. Deve ter uns 20. São 49 CRAS com esse número que vocês estão vendo aí. É possível funcionar isso daí? Não é possível.

Agora vamos olhar só os CREAS: 11 assistentes sociais, 1 pedagogo e 5 psicólogos para trabalhar com a proteção social, especial, de alta e média complexidade. Tá bom para vocês? A gente sabe que os casos se multiplicam nos seus encaminhamentos, no seu acompanhamento, para fazer um trabalho decente. Aí eu pergunto: que rede é essa? O que está acontecendo com esse povo? Tudo o que falaram sobre a implantação do MROSC está refletindo neste trabalho. O trabalho técnico que deveríamos fazer acabou, porque corremos atrás do maldito MROSC. É tanta burocracia que não se consegue sair do lugar.

Minhas amigas estão todas doentes. Não sei se João vai falar, mas gostaríamos de trazer o levantamento do número de pessoas afastadas e licenciadas. Desta turma que entrou, do meu conhecimento, três pessoas tiveram afastamento por crise emocional – para não dizer que surtaram literalmente.

Marcelo, a situação é muito grave dentro dos CRAS e CRES.

Se existe gestão SUAS que esteja lá, terá que sair do gabinete e ir para a área; fazer reunião com os supervisores para dar gestão de mando da política de assistência que não acontece. Só há recados e ordens, e, assim, não se avança. Quando há discussão, diálogo, a gestão SUAS não pode continuar omissa diante de todas as situações postas aqui, as quais são do seu conhecimento. Os técnicos estão na área, ligam para SMADS e não obtêm resposta. Estão abandonados nas áreas e não sabem a quem recorrer, quem responde suas dúvidas. Desse modo, cada um faz o que quer. Cada um interpreta a normatização do seu jeito. Não houve formação para a implementação da MROSC. Isso é a barbárie.

Concluindo, Marcelo, já que assumiu, peço que abra um espaço para inclusão de trabalhadores, organizações sociais e servidores públicos, a fim de que tenha a clareza de

dados que podemos trazer dessa situação caótica que, com certeza, ficará como ônus do governo do PSDB. Se não der conta dessa situação, levará a pecha, na história da Política da Assistência Social, como o governo que mais fechou serviços e mais precarizou a Assistência Social.

Termino minha fala. (Palmas)

Só uma coisa: tem um concurso vigente para 150 Assistentes Sociais até março de 2019. Queremos que respondam ao Ministério Público com um cronograma de chamamento dos Assistentes Sociais, para que, ao final, não digam que se esgotou o tempo para contratação. É muito sério isso. (Palmas)

A SRA PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Cada fala parece que abre um painel de dificuldades. Foram 20 minutos sobre a questão dos trabalhadores, sobre a qual o João fará complemento.

Queria anunciar a Vitória, Assessora da Vereadora Sâmia Bonfim, acompanhando a nossa plenária.

Contamos com a presença de 162 pessoas. Peço uma salva de palmas.

- Aplausos.

O SR. JOÃO – Bom dia, companheiras e companheiros. Saúdo meus colegas de trabalho da Prefeitura, das parceiras, e, na figura na Vereadora Juliana Cardoso, à Mesa.

Destaco que serei conciso porque quero ouvir as respostas.

Tratarei de dois temas fundamentais, pois a apresentação da Márcia já deu ganchos, que explorarei na minha explanação.

Primeiro, falarei sobre o processo de adoecimento, das condições de saúde dos trabalhadores da Administração Direta, os da Assistência que estão ligados diretamente, via Estatuto dos Servidores, à Prefeitura de São Paulo.

Depois, sobre a análise que a nossa Assessoria Técnica do DIEESE fez sobre o Orçamento apresentado pelo governo Covas apresentado a esta Casa e que deve ser

colocado em votação.

Esperamos que não da forma original, porque o cenário por ele apresentado é distante e catastrófico.

Nesta semana, tivemos uma audiência da Comissão de Direitos Humanos, em razão da oportunidade em que apresentamos uma série de denúncias feitas ao Sindicato.

Infelizmente, chegamos num esgotamento nas relações com SMADS, a qual, na figura do Secretário, reconheceu que está em guerra com os Servidores. Quem esteve presente no ato do dia 10 ouviu do próprio Secretário em seu primeiro dia de trabalho: “A guerra vai acabar”. Quando ele diz que a “a guerra vai acabar”, significa que concorda que há uma guerra.

Entretanto, essa guerra não acabou.

Como a Márcia apresentou, temos uma redução extremamente violenta no quadro, nas áreas, nos territórios e nos equipamentos, somando-se ao MROSC, isso faz com que os profissionais fiquem sobrecarregados.

Quando se lê as normativas do MROSC, tem-se a impressão de que está se descrevendo um prédio cheio de trabalhadores, quando, na verdade, há uma única pessoa, fazendo comissão de seleção, relatórios etc. No caso, um Assistente Social que deveria estar somente seis horas lá dentro, acaba fazendo até 10 horas. Ele tem que estudar, ler a norma que contém de 100 a 200 páginas. Isso tem feito com que o trabalhador adoieça. Mas não é só isso.

Temos, então, no Sindsep, uma representação de 116 mil Servidores ativos e em torno de 80 a 90 mil Servidores aposentados, dos quais, no Departamento de Saúde do Trabalhador, temos 15% dos atendimentos totais, para os trabalhadores da Assistência. Ou seja, se pensarmos numa Secretaria com mil trabalhadores ativos, comparada com a Secretaria da Saúde, que tem 40 mil Servidores, vemos uma incongruência, pois temos uma quantidade de atendimento muito maior.

Além da sobrecarga de trabalho, temos diversas formas de violência institucional: agressões verbais, racismo institucional, denúncias de assédio sexual, trabalhadores que são perseguidos por apontar irregularidades, por fazer questionamentos através de seus relatórios – esse trabalhador entra numa listinha e acaba passando por uma série de situações, a principal é a remoção compulsória. Esta tem funcionado assim: o trabalhador que incomoda a gestão ou que ofereça algum empecilho para a gestão do ponto de vista técnico é convidado a conversar com a gestão SUAS e com o RH, o qual apresenta a ele duas possibilidades, uma próxima ou não tão distante da residência e outra a 50 quilômetros depois, Parelheiros. Eles colocam a pessoa na sala e diz a ela que a única opção é uma unidade que dá para ela chegar ou outra a 50 quilômetros. Isso tem sido sistemático. Temos recebido casos como esse todos os dias no Sindicato.

O trabalhador assustado acaba optando por essa remoção forçada. Quando o governo publica no *Diário Oficial*, o governo não assume é quem está fazendo. Faz parecer que é o trabalhador que pediu para sair. Na verdade, houve uma coação.

Temos juntado todo esse material; gravações, áudios e e-mails que comprovam esse processo. Estamos buscando instrumentalizar isso para irmos à Justiça.

Outra questão trazida pelo MROSC é que esse quadro apresentado pela Márcia, em que se tem um único profissional para desempenhar um imenso número de tarefas nas áreas, faz com que esse trabalhador se sinta impedido de realizar, o que acarreta num sofrimento ético nele, por ter vontade de realizar seu trabalho, mas não ter condições físicas, emocionais e até materiais para efetivar o trabalho. Essas são queixas frequentes que têm feito os profissionais adoecerem, prejudicando sua autoestima, sua motivação, sintomas de ansiedade diversos casos documentados de depressão.

Temos alguns dados de 2017 do Departamento que cuida da Saúde do Trabalhador na Prefeitura: 35% das readaptações e licenças médicas são causadas por sofrimento mental, ou seja, mais de um terço não tem problema físico, mas mental, por conta

das condições de trabalho.

Esse relatório foi produzido pelo Sindsep, e podemos disponibilizá-lo para a Assessoria da Casa para que todos tenham acesso.

Conseguimos identificar que a maioria dessas licenças é por adoecimento: mais de 50% na SMADS, portanto, aquele quadro extremamente reduzido fica ainda mais, sobrecarregando os que nele permanecem.

Convido todos a conhecerem esse nosso relatório.

Quero falar sobre a situação orçamentária.

Separei alguns dados da análise da Subseção do DIEESE para pensarmos juntos.

A Márcia já havia trazido dados, deles percebemos: primeiro, o Fundo de Assistência Social é a principal fonte de financiamento da Assistência Social na cidade de São Paulo, com algo em torno de 75%. Neste ano, esse Fundo sofrerá uma redução de 2,5%.

Nas Secretarias da função Assistência Social redução dessas Secretarias, como, por exemplo, a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo que terá uma redução de 49,6%. No total, teremos uma redução de - 0,6%.

Significa que, havendo uma previsão do IPCA de, aproximadamente, 4,5%, como projeção, cujo valor pode aumentar ou diminuir, a tendência é de não termos condições de manter os convênios e serviços que temos atualmente – sem contar as reduções já ocorridas –; não teremos condições de receber a inflação do período, o que levará ao fechamento de serviços pela Prefeitura de São Paulo.

Ouvimos, do Secretário da Fazenda e outros, nas audiências que temos assistido, que faremos ajustes depois. Mas vão tirar de onde?

Com a redução orçamentária, teremos serviços fechados e demissões.

Conseguimos observar isso, também, para os Servidores.

Olhando a função Assistencial no Orçamento, quanto aos investimentos na área da Assistência Social, em 2018, tínhamos 1,5 milhões de reais, dos quais nem metade foi

empenhada. Esse valor destinado pela Câmara no Orçamento não se concretizou totalmente.

Assim, unidades e serviços previstos não foram abertos, inclusive, houve fechamento. E, para este ano, teremos uma redução de 79% nessa verba. Ou seja, sairemos de 1,5 milhões para 315 mil, sem saber se serão executados efetivamente.

Por último, farei um recorte do ponto de vista do quadro que já está reduzido e adoecendo por conta das condições de trabalho.

O governo assumiu, na última audiência, que chamaria 150 Assistentes Sociais. No entanto, o Orçamento para encargos com pessoal e encargos sociais é, exatamente, o mesmo do ano passado.

Dizem que farão a chamada de concurso público, mas a diferença que você tem do gasto executado no ano passado para o gasto que está previsto para 2019 é de 0.2%, ou seja, não tem aqui visivelmente aquilo que eles dizem e apresentam não se concretiza naquilo que eles enviaram na Peça Orçamentária. Então, a gente precisa entender onde está esse dinheiro? Onde está aquilo que eles dizem, mas que não se concretiza?

Convido vocês a estarem presentes nesse próximo período da votação do Orçamento por que eles precisam ter coerência entre aquilo que eles se comprometem com a população e os trabalhadores e aquilo que, de fato, vai ser votado.

Parabéns a todas e todos que estiveram presentes. Vamos seguir atentos e vamos lutar porque não vai ser fácil daqui para frente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE FREDERICO - Bom dia. Meu nome é Alexandre Frederico. Sou usuário do SUAS, acolhido .

Obrigado, Juliana. Bom dia a Mesa. Denise está conhecendo o Marcelo. Sua antecessora Gitane abriu uma porta da SMADS, para nós, usuários, além de Comas, além de FAS, além das organizações. Ela deixou uma porta aberta muito interessante. Foi um trabalho muito interessante com a Francine, com a Kátia, com a Conceição, com a Gislaine. Está sendo,

não foi. Espero que continue, Marcelo, por favor.

Todos já falaram bastante e tentando compilar a fala da Darlene, da Regina, da Márcia, do João, tudo o que acontece estoura a bomba no colo também do usuário. É a fronha, o lençol, toalha rasgada do Centro de Acolhida; é a salsicha; é a criança que não é assistida; é as pessoas tendo mais vontade de dormir na Praça da Sé do que ir a um lugar de acolhimento; é você ver profissional no seu limite psicológico porque não teve uma educação permanente interessante, porque não sabe exatamente o que está fazendo ali, porque também está no limite, então, tudo isso tem que ser revisto. Somos a visão do usuário e ela tem mudado de tempos em tempos e a gente está bem crítico e atento porque é tudo dinheiro público.

As organizações estão entrando em colapso por que elas não têm mais o que alegar. Com quem o usuário grita? Com quem está lá na frente. Não é todo Alexandre, França, Lora e tal que bate na SMADS, manda e-mail e fala: “por favor, vocês têm de nos ouvir”. Não é todo Alexandre, França, Lora que vem na Câmara Municipal e fala: “Vereadores, isso não pode passar.” As pessoas têm as suas necessidades.

Nós lutamos por porta de saída. Lutamos por projetos concretos e consistentes com portas de saída porque acontece há anos e a gente fica rodando pela rede. Como usuário, se vocês não investirem nos profissionais da assistência, o trabalho, o PIA vai ser cada vez mais defasado. Como é que uma Assistente Social consegue dar conta de 100, 175 pessoas? Não criar vínculo. Você acaba sendo mais um número. Eu quero ser tratado como Alexandre e não como 28. Então, se eu não conseguir criar um vínculo com os profissionais, sejam do operacional ao gestor, fica muito difícil eu encontrar a minha porta saída, por isso que o PIA é individual. O que serve para Alexandre não vai servir para Maria e nós temos esses profissionais.

Acredito piamente que 2019, ontem a Darlene falando no Comas sobre CNAS eu fui mingando na cadeira que nem aquelas bexigas furadas porque se a coisa já está difícil na cidade de São Paulo, com esse corte Federal, novamente, essa bomba vai estourar na mão do

usuário. Então, vamos sentar juntos, vamos construir portas de saídas juntos – nós, usuários; trabalhadores - vamos caminhar juntos e juntos com a SMADS, temos soluções, temos portas de saídas sem assistencialismo barato, sem coisa chinfrim. Têm paliativos que resolvem por meses e depois de oito meses o cara está de volta à rede. Portas de saídas mesmo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Everaldo, que vai falar pelo Cress.

O SR. EVERALDO – Bom dia a todos e a todas.

Represento o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo, Cress São Paulo, na direção 2017/2020. A gente fica espantado com os relatos que houve aqui. Eu estava conversando ali com os companheiros e a impressão que dá é que eu estou no século XIX, porque tem uma concepção de política pública colocada. Apesar de viver em um tempo histórico que é o século XXI, mas a concepção de política de assistência social é durkheimiana do século XIX.

O Durkheim vai dizer que porque havia aquela preocupação encontrei a convulsão social. O Durkheim vai dizer que o Estado precisa coordenar uma grande ação caritativa feita pela sociedade civil para dar conta dos pobres. Não tem nada de diferente do que a gente está ouvindo aqui: precarização dos serviços, não tem recurso para os educadores fazerem abordagem de rua se alimentar, corte orçamentário; não implementa serviço. É uma concepção positivista durkheimiana do século XIX onde não tem o investimento público nas mazelas que são produzidas pelo mercado, pelo capital. Esse é um ponto.

A lógica de punir os pobres que o Wacquant vem dizer que é uma lógica neoliberal implementada pelos Estados Unidos e que veio com tudo para a América Latina e agora, depois do Governo Temer, para o Brasil de maneira mais acirrada, mais acintosa. O que é caro para o capital é a venda da força de trabalho e nós estamos falando de uma população que não tem condições de fazer isso por questões sócio-históricas e tem que fazer o recorte de

gênero que a maioria da população usuária do Sistema SUAS é constituído por mulheres e mulheres negras. Então, você tem um recorte de gênero e de classe e há uma perspectiva de extermínio da população negra porque se debate muito a segurança pública, mas do ponto de vista que bandido bom é bandido morto e aí pode substituir: preto bom é preto morto. Aí não tem serviço mesmo para atender essa população.

Então, não é por acaso que essas coisas acontecem. Um projeto de sociedade que está em andamento, então você precisa punir esses pobres - essa é a lógica - que não vendem a sua força de trabalho, dão prejuízo para o Estado. Quando nós defendemos uma política pública ampla de Segurança Social, de segurança do convívio, onde as pessoas tenham a garantia da sua realização existencial e ter projeto existencial. A população que aporta ao SUAS não está buscando o supérfluo, está no campo da sobrevivência. São trabalhadores também. E aí você precariza porque me parece que é um ódio de classe social que vai desde o trabalhador usuário ao trabalhador que está lá implementando a política.

Então, a gente espera que o Ministério Público também se posicione, a Defensoria Pública provoque o Ministério Público e a gestão dê resposta, porque é gestão do Estado e não é do quintal da nossa casa. Tem dinheiro público e vai ter que dizer por que está cortando recurso e vai ter que dizer por que está fazendo assédio moral com os trabalhadores da política pública.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Alan.

O SR. ALAN – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar mais uma vez esse povo aguerrido da Assistência Social que sempre responde à altura ao chamado de luta, de resistência. Essa é a melhor resposta que nós temos a dar para resistir, para lutar, para conseguir vitórias, para diminuir o retrocesso, para enfrentar esse caos absurdo que nós estamos vivendo.

Cumprimento mais uma vez a Vereadora Juliana Cardoso pela iniciativa de cumprir com o papel do Legislativo, quer é fiscalizar as ações do Executivo. Está aqui presente,

tocando a Comissão, fazendo valer o seu mandato. É uma pena, é de se lamentar a ausência dos demais Vereadores e não podemos também deixar de lamentar, em que pese a presença de Marcelo, que o Secretário que está chegando deve ter tido algum compromisso muito mais importante do que esse para se ausentar e não está aqui para ouvir o diagnóstico do que foi construído, inclusive na gestão da qual ele fez parte.

Queria dirigir uma pergunta para ele, agora que ele tem o poder pleno da caneta sobre as suas mãos. Os diálogos vão ser mais efetivos e vão ter escuta qualificada e acolhimento das sugestões e proposições que apresentamos? Cafezinho e tapa nas costas não constroem política de assistência social, diplomacia só também não. É importante o diálogo, é fundamental, é essencial a ação política, mas o diálogo iníquo que não traz resultado também não leva a nada.

Nunca pensei que eu, como militante e ativista social, ser tão legalista e ter de decorar tantas leis. É uma pena também o Ministério Público não poder estar aqui, mas tenho certeza de que as Notas Taquigráficas vão ser encaminhadas.

Com tantos pactos internacionais, convenções, legislações, normas federais, princípios constitucionais, prioridade absoluta, Lei 12.435, Nob, Nob RH, resoluções de conselho, normativas municipais, estaduais, legislações, frente municipais de defesa do SUAS, a gente encontre um estado catastrófico dessa magnitude na maior e mais rica cidade da América Latina.

Vamos começar pelo orçamento, o orçamento que está nesta Casa, mais uma vez, ele tem vício de gênese. O orçamento que aqui tramita não foi o orçamento aprovado no Conselho Municipal de Assistência Social. Não que o Comas, como muitas vezes já se distorceu, tem a atribuição de aprovar o orçamento. Não, ele aprova a proposta a ser encaminhada pelo Executivo para esta Casa porque ele é a instância máxima deliberativa e controladora das ações na política de assistência social, só por isso.

Desde que Assistência Social foi instituída como tal na Constituição de 88 e desde

lá nunca na história deste Município e deste País, eu não conheço em quase 15 anos atuando na Assistência nenhum município que fez isso, mas aqui não fez e nós estamos aqui em uma audiência pública.

Não entendo porque diante desse mar de denúncias, de ilegalidades, de crueldades, de maldade, de perversidade, subversão da ordem, este Governo não sofre no mínimo um Termo de Ajustamento de Conduta. O Ministério Público, eu compreendo, respeito e admiro as figuras que lá estão e tem compromisso histórico com a política, mas em que pese também compreender as suas limitações materiais e de recursos humanos, é difícil compreender porque me parece que o princípio da inércia judicante, ou seja, só pode agir por provocação, que é do Judiciário, contamina o Ministério Público. O que falta para o Ministério Público impetrar uma sucessão de inquéritos para, pelo menos, formal e legalmente, investigar todas essas irregularidades que estamos denunciando aos quatro ventos há dois anos. Isso não tem precedente. É ataque à legislação, à Lei, à norma o tempo inteiro.

Não vou elencar porque vou estourar o tempo, já foi falado muita coisa, tinha coisas novas para dizer, mas a minha questão central é esta: por que a lei não é cumprida? Por que os atores sociais – a Defensoria Pública tem um papel diferenciado, mas temos um usuário que fez uso da palavra, o que seria possível construir em termos de ação jurídica para garantir o direito dessa população já tão vulnerabilizada e construímos um instrumento jurídico que restabelecesse, nada mais nada menos, a ordem legal vigente? Essa é a minha ponderação, essa é a minha contribuição. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Alan. Agora voltaremos para ouvir as defensoras, tivemos uma desistência do João Paulo, que já foi contemplado com a fala do Alexandre. Mas, mesmo assim, ainda há sete pessoas inscritas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Estou desde às 10h15 falando sobre isso, não estou? Pedindo para que a gente se organize nos horários, porque eu sabia que isso

iria acontecer. D. Socorro, a senhora sempre está aqui conosco nas audiências públicas. O Secretário de fato tem horário, então a nossa audiência estava marcada para um determinado tempo. O que eu sugiro? Ouviremos as defensoras e vou conversando com ele, porque elas nos trarão muitos dados.

Podem falar de onde estão, só peço que se apresentem para as Notas Taquigráficas, por favor.

A SRA. ANA CAROLINA CABRAL – Bom dia a todas e todos. meu nome é Ana Carolina Cabral, sou psicóloga da Defensoria Pública, do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.

Na Defensoria, a gente tem justamente a preocupação de um trabalho disciplinar de fato. Por isso que hoje estamos aqui representando o Nudem, que é esse núcleo das mulheres. A Defensora Paula, que é a coordenadora, está hoje no interior e pediu mil desculpas, queria muito estar aqui presente. Mas, estamos trocando informações o tempo todo.

O Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres vem se debruçando muito em relação a essas questões da SMADS, todos os problemas e denúncias. Em que pese tenhamos um enfoque mais relacionado às questões das mulheres, percebemos que, como foi falado, as mulheres são a maioria das usuárias.

Quem conhece a Defensoria Pública do Estado? Levantem a mão, por favor, por gentileza. A meta da Defensoria Pública é que todo o cidadão conheça, porque é uma instituição superimportante, está prevista na nossa Constituição de 88. Aqui no estado de São Paulo, apesar de prevista em 88, só em 2006 a Defensoria foi instituída. Isso não ocorreu à toa e foi por muita luta de movimentos sociais, incluindo os movimentos de mulheres, então desde 2006 temos a Defensoria aqui no estado de São Paulo. Ela não é tão conhecida como deveria ser, porque sua atuação é justamente garantir o acesso à Justiça para pessoas que não têm condições de pagar um advogado ou uma advogada particular, mas não só em relação a processos jurídicos individuais.

Também trabalhamos, temos a missão de orientação jurídica extrajudicial e integral. Então, entendemos que o acesso à Justiça não se dá somente através de um processo, através de um processo que você entra individualmente. O acesso à Justiça também em garantir políticas públicas adequadas e acesso a essas políticas até muito mais do que o processo que pode ficar no sistema de justiça por anos. A gente trabalha nessa perspectiva e aí entra o que são os núcleos especializados dentro da Defensoria e o trabalho específico também dos núcleos.

A Defensoria Pública é uma instituição estadual independente, autônoma, do sistema de Justiça. Tem o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública que é independente.

Dentro da Defensoria tem nove núcleos especializados: direitos da pessoa idosa e pessoa com deficiência, direito da infância e juventude, direitos humanos, situação carcerária, defesa do direito à diversidade e igualdade racial, direito do consumidor, habitação. Contamos com nove núcleos que são especializados, mas que são questões transversais.

Por exemplo, o núcleo do qual a gente faz parte, que é o núcleo do direito às mulheres tem o tempo todo esse diálogo com os outros núcleos. Quando a gente pensa em políticas para as mulheres, a gente está pensando em políticas para as meninas, para as adolescentes, para as idosas, para as mulheres com deficiência, para as mulheres que ainda não são a maioria das cuidadoras de idosos, de meninos, de adolescentes e jovens com deficiência. Nós, mulheres, também pensamos em nessa diversidade. Estamos preocupadas com as mulheres que estão em situação de rua.

A gente inclui nesse olhar e nesse trabalho mulheres em situação de cárcere, imigrantes, mulheres negras, indígenas, migrantes também, mulheres trans, travestis, lésbica, bissexuais. Então, a gente está falando de uma variedade, de uma diversidade que está incluída em todos os serviços que foram falados. Quando a gente fala de Assistência social, estamos falando de toda essa população. Então, o nosso olhar também é esse.

Queria primeiro apresentar o que é a Defensoria. Os núcleos têm essa atuação mais coletiva de fomentar o aprimoramento das políticas públicas e fazer defesas inclusive em cortes internacionais. É uma atuação mais coletiva e tem as unidades da Defensoria Pública que ficam nos territórios que atendem individualmente a população.

Depois se alguém tiver alguma dúvida, a gente está à disposição para falar um pouco melhor do trabalho da Defensoria.

Vou passar a palavra para Pâmela. Ela está mais para dentro da questão do orçamento da Assistência. Ela vem estudando esse tema junto com as defensoras.

A SRA. PÂMELA - Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentá-los, a Mesa também, a Vereadora Juliana Cardoso, Secretário-adjunto. Este é um momento muito importante. Estivermos presentes também na audiência anterior que está acompanhando o orçamento da pasta para o próximo ano.

Eu estou assistente social no núcleo recém-chegada e a gente já vem realmente já vem, então, pensando na questão orçamentária, da proposta para o ano que vem.

Algumas pessoas já disseram bastante coisas sobre o orçamento. Para não ficar repetitivo e logo, eu vou trazer alguns dados. Antes disso, como a gente traz sim o recorte da mulher, não é à toa, não é em vão a gente falar um pouquinho desses números.

Existe um cronômetro da violência e a gente vai entendendo que é muito perigoso ser mulher neste país.

Então, rapidamente, para não deixar isso invisível, quero trazer para a gente dados do Instituto Patrícia Galvão bem atualizados. Primeiro, vai dizer que é o país em quinto lugar que mais mata mulheres e, em primeiro lugar, o que mais mata pessoas transgêneros. Isto é muito significativo e a gente não pode ignorar esses números.

No Brasil, uma mulher é vítima de estupro a cada nove minutos; três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia; uma pessoa transgênero ou de diversas orientações sexuais é assassinada a cada dois dias; e uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha a

cada dois minutos, o que vai configurar registro de lesão corporal dolosa, enquadrada na Lei Maria da Penha, em torno de 606 casos por dia.

Falando especialmente da cidade de São Paulo, saiu agora um documento da Rede Nossa São Paulo com o mapa da desigualdade. Esse diagnóstico é muito importante para a gente, porque traz um pouco dessa diferença nos nossos distritos. Por exemplo, em termos de diferença de renda entre mulheres e homens, os homens brancos – aqui é um recorte racial - ganham em média o dobro do que ganham os homens negros. Segundo esse documento, se esses rendimentos se mantiverem, a equiparação da média salarial dos negros em relação aos brancos só acontecerá em 2089.

Em 2015, a renda média do homem brasileiro era 1,5 mil reais, e a da mulher, 938 reais. É um recorte importante para dizer o que significa ser mulher na Cidade. Além de tudo, de onde é a mulher, na Cidade. Mulheres de bairros periféricos sofrem mais violência do que mulheres das regiões centrais, segundo o que traz esse documento.

Diante desses dados e da forma o Município está pautando seu orçamento, pensando nos serviços públicos, é muito preocupante o fechamento desses serviços da Assistência. A maior parte dos usuários da Assistência é mulher, mães, avós, que cuidam de crianças, adolescentes ou de pessoas adoecidas. Então é muito importante ficar atento a como o Município provê orçamento não só para a manutenção, mas para a ampliação desses serviços.

A gente vem conversando com a Smads sobre isso e a proposta que a pasta fez, junto com a proposta do Comas, não foi considerada, está sendo colocada como menor. Então, em resposta à Defensoria, o que a Smads alega é que, dentro dos serviços de mulheres, a insuficiência orçamentária chega a 1.843 milhão de reais. Diz-se que não vai ter corte de serviços, que vão manter os serviços, mas o orçamento previsto tem um déficit orçamentário proposto pela pasta, então a gente quer saber como vai conseguir manter os serviços com uma verba menor, tendo em vista que para 2019 houve um aumento de 6,7% no orçamento total.

Então a gente está tentando entender, se houve esse aumento, como todas as áreas da Smads tiveram redução de orçamento. Em relação à pessoa idosa, o déficit apresentado pela própria Smads foi de 32 milhões de reais, aproximadamente; da pessoa com deficiência, aproximadamente 11 milhões de reais de déficit; e da criança e adolescente, em torno de 45 milhões de reais. É muito preocupante pensar como, então, não vai ter fechamento de serviços com esses números.

Temos acompanhado, é o papel da Defensoria também acompanhar a implementação dos serviços públicos. A gente vai encontrar o Relator na segunda-feira, a partir das 15h30, para pensar a questão do orçamento. Acreditamos que esse orçamento não está contemplando, mas queremos estudar, ouvir e trazer propostas, segunda-feira, para o Relator da Comissão.

Era isso. A Yara quer complementar.

A SRA. YARA – A gente combinou de intercalar as falas e, complementando a fala da Pamela, é importante entender que a Defensoria Pública abre procedimentos administrativos provocada, muitas vezes, pela sociedade civil, os assuntos, as demandas, e esses assuntos estão sendo estudados, investigados. A gente encaminha ofícios para as secretarias, para o Executivo, para o Legislativo para entender como aprimorar, como avançar em cada uma das demandas.

Uma delas é a do orçamento, então tem um procedimento específico para tratar desse assunto. Outra é sobre políticas para mulheres na Cidade. Para não inviabilizar essa questão mulheres, um dos principais retrocessos da gestão passada para esta foi a extinção total da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, não temos mais. A gente tinha questões com a gestão anterior, não se pode deixar de apontar que havia questões sérias na execução da política na gestão anterior, mas nessa teve esse retrocesso muito sério.

A consequência de não haver mais uma Secretaria de Políticas para Mulheres é não ter integralidade na política. As mulheres estão em todos os serviços, estão em todas as

políticas. Se não se faz um trabalho transversal alinhando, alinhando, fica tudo muito solto e não há de fato uma política eficiente. Aqui se falou de dinheiro público, de política pública e a gente quer política pública eficiente, não para dizer que tem isso ou aquilo; a gente quer ver na prática.

Nosso contato na Defensoria Pública é muito com as pessoas, tanto com usuárias, usuários, quanto com as trabalhadoras. Nossa preocupação é enorme. A gente vê no dia a dia o que tem acontecido, o adoecimento da população e das trabalhadoras. A Defensoria acaba funcionando um pouco como uma ouvidoria do Estado. Tudo que está dando errado, que está difícil, a gente recebe: mulheres tentando conseguir vaga sem conseguir; mulheres em situação de violência doméstica ficando mais vulneráveis, mais expostas; meninas sem acesso... Enfim, a gente sente esse impacto no dia a dia. Nossa demanda acaba explodindo porque estamos ali recebendo as questões.

Hoje não há completude nos projetos, os projetos se iniciam e ficam pulverizados. O projeto de encaminhamento para o mercado de trabalho não conversa com a Secretaria de Educação para que as mulheres que pleiteiam as vagas tenham capacitação. Não tem conversa, não tem algo integrado. Hoje tem serviços voltados para mulheres na Smads... Primeiro que a política para mulheres a gente tem que vir com cola, porque não tem integração. Tem serviços para mulheres na Secretaria de Direitos Humanos, na Smads, na Secretaria Estadual de Segurança Pública; não têm integração. A gente não tem, em São Paulo, uma política municipal para mulheres. Isso é uma demanda antiga, muda gestão, entra gestão e isso continua pulverizado, continua desintegrado e obviamente o trabalho não é tão eficiente como poderia ser.

Com relação aos Centros de Defesa e Cidadania da Mulher – CDCM, em São Paulo hoje tem 15 serviços lotados na Assistência. Neste momento está acontecendo a construção de uma norma técnica, que está em discussão e a gente está acompanhando muito de perto, a gente vai ter reunião com a Smads novamente na semana que vem. Desde junho a

gente está tentando entender como vai ser a construção dessa norma técnica. A gente recebe denúncias anônimas tanto de usuárias quanto de trabalhadoras, então a gente tem acesso a muita informação. A gente quer que essa norma técnica seja de fato construída de forma participativa e a gente está desde junho tentando entender o cronograma, quais são as instâncias de participação, a metodologia. Enfim, a gente vai continuar acompanhando bem de perto para garantir que não se perca a especificidade do trabalho com as mulheres, e uma atuação das trabalhadoras humanizada, que elas tenham garantias trabalhistas.

A Smads hoje conta com cinco casas-abrigo sigilosas, que têm uma equipe reduzidíssima. Tem outro procedimento administrativo só em relação a abrigos sigilosos da Cidade. A gente foi visitar esses abrigos e constatou diversas questões que precisam ser aprimoradas, entre elas uma equipe reduzidíssima, adoecimento de trabalhadoras, falta de acolhimento de crianças que passam por esses lugares também, adolescentes. A gente tem algumas sugestões de encaminhamento. Além do nosso trabalho diário de articulação com o Executivo, com o Legislativo, com o Judiciário, a gente provoca todas as instâncias também.

O que eu recebi da comissão das redes de enfrentamento da violência contra mulheres é que se faça uma audiência pública, já no início do ano, sobre políticas para mulheres na Cidade; já em março a gente começar o ano trabalhando nisso, já pensando a questão do orçamento, participação, essas discussões desde o começo do ano. Porque chega o final do ano, o orçamento está para ser aprovado e não dá tempo de a gente articular, então começar esse trabalho antes, no começo do ano, pensando nos desdobramentos.

O Ministério Público também tem a promotoria dos direitos das mulheres, que pode ser oficiada. Tem um inquérito civil em andamento há muitos anos. A sociedade civil tem direito e pleiteia respostas sobre esse inquérito, sobre essa investigação do Ministério Público em relação a políticas para mulheres, inclusive da Assistência.

Era isso que eu gostaria de apontar. Obrigada pela atenção. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem.

Pessoal, nós estamos aqui desde as 10h15. Vamos dar uma oxigenada no nosso cérebro, vamos levantar um pouquinho, quem quiser ir ao banheiro vá, para ouvir os restantes. Vamos subir nossos braços um pouco. Não é para ir embora, é só para ir ao banheiro e voltar. Quem ficar, vamos subir os braços um pouco. Sabe o companheiro que está do lado, a companheira, vira ela. Olhem para mim. Uma massagem boa. Levanta, amiga, vamos. Oxigena. Eu estou vendo o pessoal desanimado, gente. Ajuda o outro amigo a acordar um pouco aí do lado, Vera. Vamos oxigenar um pouco o nosso cérebro. (Pausa) É só para respirar um pouco, porque muito tempo sentado, o cérebro começa a ir para outro campo e a gente não consegue prestar atenção no ambiente aqui. Podemos sentar.

Vamos ouvir. A boa notícia é que o Secretário quer ouvir as pessoas que estão aqui para depois falar. Isso já demonstra o quanto é importante este momento de escuta. Já encerramos as inscrições. A D. Socorro pode vir falar da questão do idoso. Vamos ouvir a D. Socorro, pessoal.

A SRA. SOCORRO – Bom dia.

O que eu fico triste, Juliana – você uma guerreira, não sou partidária, eu admiro a pessoa -, eu fiquei aqui decepcionada porque falou em todo mundo, toda secretaria, não falou da pessoa idosa. (Palmas). Tem mais de 1,7 milhão de idosos na capital de São Paulo. Esqueceram uma coisa. “Coitados dos assistentes sociais!” Eles não trabalham de graça, não, Juliana. Eles tinham que pensar na periferia que está abandonada e muito mal escutada.

Eu sou (ininteligível), todo mundo conhece, sou do conselho da saúde, políticas públicas, controle social, trabalhei na Febem 19 anos, sou aposentada com alta condição. E, olha, na periferia 45% são idosos. Por acaso quem já foi lá? Muitas pessoas idosas vão ao CRAS e são muito mal recebidas. Entendeu? Não sou coitado, não; não sou vítima. Vítima são esses infelizes que vão lá precisando. Nós não queremos esmola, queremos respeito e dignidade. É isso que queremos. Assistente Social tem que nos respeitar. Elas são as missionárias.

Quer saber o que eu recebo? Simplesmente minha aposentadoria. Trabalho com 3.787 pessoas cadastradas no Nosso Sonho, uma ONG. Perdi meu filho em agosto e passei três semanas afastadas. E se o papai do céu não me recolheu é porque ele achou que minha missão não terminou.

Sr. Secretário, tenha um olhar mais humano. Vereadora Juliana, continue como você é. Para mim, você é um ser humano, sem sigla. Existem poucos como você nesta Câmara que trabalham pela periferia. E tem gente que fica batendo palma para eles por quê? Eles ganham o salário deles e nós ganhamos o sofrimento da periferia.

Olhem com carinho por Itaquera. Temos lá uma Cracolândia, moradores de rua largados e uma Prefeitura que pouco nos olha, só olha para quem interessa. É o mesmo procedimento, então é incompetência e falta de amor.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada. Anuncio a presença da Sra. Fernanda Campana, ex-Presidente do Comas, que fez um trabalho fantástico de luta e resistência.

Tem a palavra a Sra. Deocleciana Ferreira, do Instituto Daniel Comboni, de Sapopemba.

A SRA. DEOCLECIANA FERREIRA – Bom dia. Todos os presentes, autoridades da Mesa, o Sr. Marcelo representando o novo Secretário de Assistência Social, que não é tão novo assim porque ele já vinha acompanhando a implementação da política na Cidade; Juliana Cardoso, a nossa Vereadora que ouve os nossos gritos e as nossas reivindicações.

Estou bastante contemplada na exposição da Sra. Marcia Perroni aqui sobre os dados do desmonte da política da Assistência Social na cidade de São Paulo. Sou uma pessoa cuja trajetória é formada e consolidada na construção da política da Assistência Social, não na cidade de São Paulo, mas para todo o país. Somos trabalhadores do SUAS e somos construtores do SUAS.

O Sistema Único da Assistência Social não é exclusividade do funcionalismo público. Então, ao rapaz que esteve aqui falando sobre as dificuldades e os problemas que a categoria dos servidores públicos tem sofrido, eu quero dizer que, na composição do SUAS, juntamente a segmentos da sociedade civil, a organizações parceiras, nós estamos executando a aplicação do marco regulatório das organizações da sociedade civil e estamos dedicando a nossa história, a nossa vida, a nossa construção e conhecimento de território.

É uma relação parceira, de construção e de ganhos. Mas o tratamento que tem sido dado, encaminhado, para a periferia, tem sido um tratamento de forma vertical, um tratamento de abuso de poder, desrespeitoso, autoritário. Cumpra-se, faça.

Você pergunta determinada questão. Faça a pergunta; a pergunta é feita. Eu apresento a negativa; eu sou o gestor da parceria, não me responsabilizo por isso. Eu falo e você obedece. Então, não estou reconhecendo mais a política da Assistência Social. Não me reconheço mais na execução dessa política.

Quando se argumenta, fala com o técnico:, e aqui está a Marcia Perroni, uma técnica que esteve conosco na região da Vila Prudente como Assistente Social e esteve no território do Sapopemba, por tanto tempo, na Fazenda da Juta, onde construímos essa política do barro, ela saiu do chão, e hoje somos tratadas sem nenhum respeito, sem nenhum reconhecimento.

Houve um empoderamento. Fizemos reivindicação a SAS de Sapopemba, que é resultado de moções que fizemos nas conferências, de ações que fizemos no nosso fórum regional, de tantas mobilizações. E, uma vez que os técnicos se empoderaram dessa instância, houve esse destacamento: “Somos nós e vocês”.

Outro dia, disse para técnica: Nós fizemos a construção dessa política juntos, nós queremos conversar juntos e queremos esse respeito. Nós somos do mesmo lado, nós somos política da Assistência Social, nós somos política pública. E a resposta foi: “Não, nós não somos do mesmo lado, nós não somos a mesma coisa”. E é assim, somos todos trabalhadores

do SUAS, a rede é para que seja executada a política para que alcance todos os territórios.

E recebemos o comunicado, de novo, vertical e unilateral: “Fecha-se esse serviço”. Não existe mais Centro de Juventude. É o espaço de formação pedagógica, de resgate, de convivência do jovem, do adolescente; é o espaço de formação. Ele deve ser utilitarista, ele deve ser encaminhado para a profissão, ele deve estar dentro de outro formato que não corresponde à questão socioeducativa pedagógica e formação de cidadania, que é a programação e o plano do Centro de Juventude. Assim, ele deixa de ser visto e simplesmente é extirpado da história, e os jovens continuam na periferia com a sua vida em risco.

Nós seremos os síndicos da massa falida. Vamos assistir o desmonte e vamos assistir, no camarote, todas as mortes e linchamentos da periferia. Existe um dito popular da roça que diz: “Meu senhor me bate e eu bato no meu cachorro”. Eu uso essa metáfora para ilustrar o que aquele jovem apresentou aqui sobre o sofrimento psíquico dos profissionais do SUAS, que são os servidores de SMADS. Por ventura, estão sofrendo e eles têm a tendência a reproduzir essa mesma prática conosco.

Peço que possamos fazer um fórum de ética. Que nós possamos estabelecer um parâmetro de um fórum ético de respeito a todas as instâncias e todos os construtores desse processo de execução da política de Assistência Social da cidade de São Paulo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Maurício, Coletivo dos Concursados da Assistência Municipal, de SMADS.

O SR. MAURÍCIO – Boa tarde, Vereadora Juliana, todos os presentes. Agradecendo aos Srs. Aslan, Regina, Rosângela, Márcia, pessoal do Sindsep; Everaldo, do CRESS, com importante presença; e Assessores dos Vereadores.

Prestei o concurso público para Assistência Social em 2014. Pela gravidade da Assistência, pelo adoecimento e pela pressão que é exercida diariamente, chamaram apenas 146 servidores, dos 377 servidores aprovados, até agora. Na última chamada, foram 50, dos

quais passaram apenas 42; e duas pessoas foram limadas do processo seletivo. Além de serem limadas dessa posse, desse direito, elas foram humilhadas na Comissão de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, porque acharam que elas não eram negras. Duas pessoas efetivamente de direitos, comprovadamente negras, que não precisam fazer nenhum tipo de exame de fenótipo, pois o concurso público não tinha essa intransigência. Mas elas foram banidas, discriminadas e não foram nomeadas até hoje por retaliação comprovada e ameaça.

Portanto, estamos aqui para fazer um apelo. É uma pena que o Secretário não está presente, mas o Secretário Adjunto está. Então, eu gostaria muito que o Secretário Adjunto levasse a sério o nosso pedido de socorro, porque o prazo do concurso extinguirá em março. Não há um cronograma até agora de quando será essa nomeação, não temos nenhum documento. Somos considerados como um coletivo clandestino, não temos uma identidade. Vocês dizem para o Ministério Público que nós não existimos. E nós não nos constituímos enquanto organização coletiva de servidores porque não tomamos posse até agora.

Dessa forma, quem age de forma clandestina e não assume o seu compromisso de Poder Público é a SMADS, quando ela se nega no Ministério Público a reconhecer a precarização da sua Secretaria, a condição da Assistência Social na Cidade; quando ela se recusa a reconhecer que há um déficit emergencial de RH na Secretaria, na Assistência; quando ela diz para o Dr. Silvio, nosso Promotor Público, que isso é fantasioso, que não é adoecimento e, muito menos, ameaça a servidores públicos. E agora ameaça concursados públicos que não assumiram ainda estão sendo ameaçados moralmente.

Isso ocorre quando vamos a SMADS e as pessoas fogem de nós, e nos ridicularizam. Ora, para que prestamos concurso? Por que estamos aqui para lutar? Não tem sentido que continuemos nesse papel de vir à audiência, reclamar, e o Poder Público anotar e não se comprometer. Queremos um compromisso oficial, documentado. Quando seremos chamados?

Queremos, no mínimo, um cronograma, para que acabe o nosso desespero, nossa ansiedade e nosso adoecimento, enquanto pessoas que perderam empregos já que esperavam ser chamadas.

Peço uma reunião urgentemente com o Secretário. Que a Vereadora Juliana possa acompanhar, que mais Vereadores possam acompanhar essa situação grave em que estamos vivendo, porque em março já se extingue o prazo do concurso público e fere todo o sentido da organização do serviço público em si.

Portanto, neste momento, toda a Assistência Social está agonizando. E a população, que aparentemente não tem nada a ver com isso, sente na pele, mês após mês, ano após ano, essa precariedade na Assistência.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Francisco. Agora, Rosângela. E vou pedir... Não sei se é Doni Araújo... É isso?

- Manifestações longe do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Doni... Ok. Ah, Donizete. Já fique aqui perto, por favor.

A SRA. ROSÂNGELA – Bom dia a todos. Meu nome é Rosângela, sou servidora pública ativa, assistente social do CRAS da Cachoeirinha e pertencço ao Coletivo de Servidores Públicos em Defesa do SUAS. Vou dar meu nome aqui porque só há aqui uma colega servidora assistente social na ativa. Isso identifica que foi publicamente expandida essa informação da audiência pública, mas, de forma velada, não podemos participar desse tipo de audiência, não podemos nos colocar porque nossos nomes podem ser tratados de uma forma que se evidencia a defesa do SUAS na Cidade, e somos as tarefeiras da Secretaria, não as defensoras do SUAS na cidade de São Paulo. (Palmas) Mas faço questão que você anote meu nome, porque estou aqui na resistência, sim, pois sou ainda defensora do SUAS e jurei pelo meu código de ética profissional como assistente social e estou junto dos movimentos sociais

da Cidade. (Palmas)

A primeira questão que coloco é aquela pela qual estamos lutando desde 2005, que é o cumprimento da NOB-RH. Sem o cumprimento dela, não temos como estabelecer o mínimo de atendimento possível para a população. Sou uma assistente social de um CRAS que até está bonzinho, porque há lá uma coordenação e três assistentes sociais. Eu sou uma assistente social que atende a 11 mil famílias referenciadas no meu atendimento. Estou gestora de parceria com um SAF de 1 mil famílias mais CCA de 360 famílias. Isso dá um número aproximado de 13 mil, 14 mil famílias referenciadas só para mim. Agora, me diga: como posso fazer a operacionalização do sistema com 14 mil famílias referenciadas só para mim? Isso porque o meu CRAS tem um quadro relativamente bom, porque são 3 assistentes sociais e 1 coordenadora. Há vários CRAS sem coordenação e vários CRAS e CREAS sem a composição de NOB-RH.

Venho mais para falar sobre a questão do assédio, da perseguição contra os trabalhadores, servidores públicos e também contra parceiras que ficam sem espaços de poder fazer essa denúncia. Vão fazer denúncia para quem? Em que espaço? Em qual local? Já discutimos em mesa de negociação que a SMADS, visto o diagnóstico, se comprometeu a criar um combate às violências de trabalho. Os trabalhadores que hoje se colocam na defesa do SUAS, fazendo esse combate, estão sendo removidos, são desprezados e colocados para escanteio. Cito o exemplo de ontem: eu estava em uma mesa de trabalho fazendo uma discussão com minha equipe, e minha supervisora de SAS gritou comigo dizendo que eu era uma assistente social incompetente, indisciplinada e arrogante. Porque uma negra tem que estar sempre no papel de subalternidade, não pode ocupar de chefia, não pode ter essa competência; e, quando fala com propriedade, porque está defendendo a legislação...? Se temos o SUAS, a política de Assistência Social, temos um plano decenal, se temos normativas e portarias, por que eu não posso estar em uma mesa de conversa com meus companheiros dizendo que temos que cumprir o que está legalizado? Eu não pude falar isso na mesa,

porque, aí sim, sou uma assistente social que não pode falar porque tenho uma supervisão só mandando e informando. Foi colocado na mesa que queremos receber da SMADS uma comunicação interna, ou *email*, dizendo: “Vocês precisam cumprir tal tarefa”, “Vocês devem distribuir tal tarefa de tal jeito”. Mas, não; vem da seguinte forma: “A coordenadora quer que você faça isso”. Mas onde está escrito isso? Temos normativas para cumprir, mas do nada, verbalmente, nos é dito: “Cumpra”. Nós não funcionamos assim e não temos que aceitar funcionarmos dessa maneira.

Então, o que está acontecendo em SMADS, eu nunca vi nos meus 15 anos de Assistência Social: um total desprezo ao conhecimento técnico. Peço muito para que o Marcelo Del Bosco leve essa situação, porque o José Castro se comprometeu em mesa de negociação a dizer que iria fazer esse combate às violências, mas não tratou disso de uma forma digna. Muito pelo contrário: o que temos visto são colegas sendo removidos.

Hoje fiz aqui uma denúncia pública e espero que haja um plano de providências, porque supervisora não pode ficar gritando e mandando com gestora de parceria dentro das unidades. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Doni.

O SR. DONIZETE ARAÚJO – Boa tarde. Sou Doni Araújo. Quero falar sobre os orientadores socioeducativos, mais exatamente sobre a Portaria 46. A Portaria 46 foi lançada em 2010, e até 2018 estamos num grande baile de uma revisão que dizem que vai acontecer, mas não acontece. Essa revisão da portaria minimamente supriria vários itens que foram citados nesta audiência porque todo ano temos grupos de trabalho de quase todas as tipificações do serviço de Assistência Social de SMADS, e todo ano nosso trabalho é colocado na gaveta e some, desaparece ou fica lá com a justificativa de que não dá para ser feito.

Quero saber do Secretário Adjunto, Marcelo: quando, se há um cronograma de ação, e se será aberto à população, aos usuários de fato para rever a Portaria 46, porque isso é imediato. Já estamos executando uma normativa, e essa normativa já não condiz com a 46;

ou seja, a 46 não condiz com a normativa. Aí, ficamos fazendo trabalho atrasado, com várias recomendações novas, precisando de um RH novo; mas não dá para ter um RH novo porque a portaria 46 é de 2010.

Quando falamos do orientador socioeducativo, parece que ele é um fantasma para SMADS só porque ele é um profissional de ensino médio que está executando esse serviço. Gente: tantos educadores e orientadores socioeducativos não estão mais na rede por estarem doentes! Eles não estão mais trabalhando porque estão doentes! Onde isso vai parar? No momento em que os 484 CCAs disserem “Toma, o filho é teu”; no momento em que os 63 CJs disserem “Toma, que o filho é teu”, vai ser assim então? A gente vai ter que partir para a barbárie, assim como SMADS está fazendo conosco? Esse é o caminho? Eu acredito que não.

Então, estamos aqui dialogando enquanto ainda há tempo, porque, depois, quando vier a barbárie, será a barbárie. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Natanael, o último inscrito. Logo em seguida, daremos a palavra ao Secretário.

O SR. NATANAEL – Vou tentar ser breve. Boa tarde a todos, boa tarde, Vereadora Juliana. Sou Natanael, membro do FAS, Conselheiro do Comas e Coordenador da Comissão de Finanças do Comas. Agradeço a presença de todos. Sinto a falta dos outros 54 Vereadores, que são os que aprovarão a proposta orçamentária de 2019.

Sinto-me contemplado pela fala dos colegas que me antecederam. Ficarei somente na questão do orçamento da Assistência Social, pois meu foco é Assistência Social, e não a parte da Secretaria de Direitos Humanos.

O Conselho Municipal da Assistência Social, em cima das propostas encaminhadas pela Secretaria da Fazenda, rejeitou 1 bilhão, 284 milhões, que foi a proposta estabelecida pela Secretaria da Fazenda. Por quê? Se o Conselho aprova esse 1 bilhão, 284 milhões, ele está aceitando o fechamento de serviço para o exercício de 2019. E esse 1 bilhão, 284 milhões não estava previsto; da mesma forma, o reajuste dos convênios que ocorreu agora em 2018; e

também não estava o reajuste dos convênios para o exercício de 2019. Além disso, não está previsto, nesse valor, a ampliação dos serviços que foram aprovados no Conselho nesse exercício de 2018: Família Acolhedora, que é uma demanda do Ministério Público; e continuação da adaptação dos SAICAs de 20 para 15, que somam em média 34 SAICAs nos quais isso deveria ter acontecido até dezembro de 2018, e a SMADS está pedindo a prorrogação por mais tempo, embora a Resolução Comas/CMDCA estabeleça o prazo até final de 2018.

Então, isso não está previsto na proposta orçamentária de 2019. Não está previsto também a questão da manutenção dos serviços, que acaba impactando na pasta da Secretaria da Educação. A Assistência Social depende muito da gestão para a manutenção dos serviços. O Conselho acabou prevendo também a manutenção, pois há muito tempo esse recurso não vem para a área da Assistência Social.

Com o Orçamento que temos e com as demandas tiradas do Conselho e as demandas que vieram do Ministério Público, a Câmara Municipal tem que se preocupar com a ampliação dos SAICAs na cidade de São Paulo, que não está prevista; e a ampliação da República Jovem, que não está prevista. Só está prevista a criação de 3 Famílias Acolhedoras, mas, dependendo do Orçamento, não estará prevista, embora sejam demandas que vêm do Ministério Público. Não está prevista muita coisa; e, se considerarmos que o Orçamento de 2019 é o mesmo de 2018, isto está previsto sim: haverá o fechamento de serviços no ano que vem. Se se trata do mesmo Orçamento, sem reajuste, sem nada, serviços irão fechar. Não adianta falarem que não acontecerá isso, pois acontecerá.

E, se não houver fechamento de serviços, hoje temos a famosa flexibilização da tabela de custeio. Vão pegar o reajuste dos salários a que fazem jus os trabalhadores no meio do ano, quando há o dissídio, vão flexibilizar as outras despesas e jogar em Recursos Humanos. Aí, onde fica a alimentação, o material pedagógico dos usuários? Não haverá? Vai reduzir? Porque vai permanecer o mesmo o valor do convênio sem o reajuste, e vai parecer

que se conseguiu contemplar os trabalhadores, dando-se aumento a todos eles. Reduziu então o trabalho com os usuários.

A proposta do Conselho é 1 bilhão, 675 milhões e 600 reais para o Orçamento da Assistência Social. Para poder contemplar o recurso que foi encaminhado para a Secretaria da Fazenda, precisamos de 391 milhões para, no mínimo, dar continuidade aos serviços para 2019; mas haverá poucas ampliações. Se houver 12 ou 15 ampliações, são ampliações que o Ministério Público está solicitando ao Conselho e à SMADS.

Aí, Juliana, vem só uma questão: de verificarmos onde o Ministério Público pode ajudar a sociedade civil e a Câmara Municipal. O Ministério Público veio colher as informações e depois vai fazer um relatório para encaminhar, para poder nos contemplar ou o Ministério Público só veio aqui colher informações? Nós precisamos muito do apoio do Ministério Público, porque, neste momento em que serviços vão ser fechados, o Conselho, o Fórum, o Fetsuas e todo mundo que está falando precisa de ajuda. Se não tomarmos cuidado, esta vai ser só mais uma audiência pública. O Orçamento vai ser aprovado nos próximos dias e, se não tivermos posicionamento, vamos ficar sem recursos para o ano que vem, e serviços vão ser fechados.
(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem. Vamos combinar que está sendo uma maratona e são muitas as perguntas e as angústias.

Depois das perguntas, agora é hora de o Secretário Adjunto respondê-las. Obviamente S.Exa. não vai conseguir responder a todas, mas pelo menos vamos tentar fazer alguns encaminhamentos.

Claro que, de tudo o que debatemos aqui, boa parte das perguntas refere-se ao Orçamento. Porém, o assunto assédio, por exemplo, foi tema de uma audiência pública muito intensa, porque é algo que tem acontecido muito. Pessoalmente, tenho tido uma aproximação maior com o pessoal da região de Sapopemba, onde efetivamente a Supervisora Débora tem mantido posturas muito ruins. No entanto, acontece o mesmo em outros lugares.

Apesar do marco regulatório e da legislação, o tempo disponibilizado à adaptação das instituições está sendo muito incompatível. A partir disso, pergunto à Defensoria se existe alguma relação jurídica. Claro que sabemos que a lei deve ser cumprida, mas é necessário um tempo hábil para isso. Como se dá isso? As Prefeituras e as Secretarias dos territórios têm atropelado, resultando em fechamento de serviços. Temos a clareza de que essa cassação das instituições se deve muito pela sua visão de educação mais libertadora, de uma assistência social que leve os jovens à reflexão.

Juridicamente falando, precisamos achar alguém que nos dê um respaldo para a Prefeitura não nos atropelar e fechar serviços, e isso tem que ser rápido. Trabalhamos muito, mas algumas coisas pontuais e rápidas, ainda não estou conseguindo enxergar.

Pergunto também como pensar essa questão judiciária, porque, uma vez fechado o serviço na ponta, onde estava tendo necessidade, ele é aberto em outro local onde não há demanda. Perguntada, a Secretaria nega fechar serviço e só muda-lo de local. No entanto, a mudança não é exatamente pelo fato da necessidade e pela real vulnerabilidade.

Não sei se vocês enxergar assim. Gostaria de ouvi-los um pouco após a fala do Secretário. (Palmas)

O SR. MARCELO DEL BOSCO AMARAL – Boa tarde a todos. Pela iniciativa desta importante audiência, agradeço à Vereadora Juliana Cardoso, à Comissão de Direitos Humanos, Desenvolvimento e Assistência. Quero cumprimentar a Defensoria Pública, as organizações, o público e os funcionários.

Estou há poucos dias na Secretaria, também não tanto tempo na Prefeitura, mas acompanho o trabalho. Recebi um convite do Prefeito Bruno Covas para participar da Secretaria, neste momento.

Já estive com a senhora no gabinete. Eu fazia parte do gabinete do Prefeito. Agora estamos à frente da Secretaria Adjunta.

Um dos pontos que eu gostaria de deixar claro a todos, nós estivemos aqui em uma

reunião na terça-feira, com alguns funcionários da Prefeitura e da Secretaria, a respeito do mesmo assunto que foi citado no dia de hoje. Já foram feitos alguns levantamentos, foi na terça-feira, hoje é sexta-feira, nós passamos principalmente a questão do SAS que recebemos alguns pontos na Cidade - como a senhora colocou agora - na questão do atendimento ou da conversa entre as organizações, ou entre a própria sociedade ou os funcionários.

Na segunda-feira vai ter uma reunião geral onde estarão presentes os supervisores e será passado o que está acontecendo e o que foi colhido, não só na audiência de terça como na de hoje e também outras demandas que estão vindo à Secretaria. Estarão presentes os coordenadores da Secretaria, não só de SUAS, mas também das outras áreas, para poder passar isso e ter aquela comunicação que foi falada aqui, a falta de comunicação entre os diversos organismos da Secretaria. Estarão presentes mais de 100 colaboradores da Secretaria para poder ter essa conversa.

Sei que o Secretário já estava como chefe de gabinete, mas agora ele está à frente da Secretaria podendo também tocar no seu ritmo e debater os assuntos. Esse é um ponto a respeito da supervisão, dos supervisores, do SAS.

Concordo com vocês é na ponta, é aonde chega a primeira demanda vinda do público, do usuário, ou da própria estrutura da Secretaria.

Um dos pontos colocados foi o assédio. O Prefeito Bruno Covas não admite esse tipo de questão partidária, eleição é uma coisa a Administração é outra. Isso foi também uma determinação para todos nós da Secretaria, estou chegando agora, foi até falado na questão partidária. Não hoje que foi colocado, mas na outra audiência que participei.

Já foi determinada a apuração, pelo Prefeito Bruno Covas sim. Não só a apuração, mas também uma orientação que se possa realmente tratar e trabalhar. Até porque quem atende a ponta são vocês, os funcionários, a estrutura, as organizações e os parceiros que estão. Ontem deixamos bem claro numa reunião na Secretaria, sem a parceria não teríamos condições de executar os diversos serviços que têm na Prefeitura.

Eu tomei pé disso. Tenho conversado com o Secretário. Hoje nós teremos nova reunião sobre isso. O João do sindicato conversou comigo na terça-feira na audiência pública, pedi só um tempo porque tenho feito reuniões com as coordenações para passar. Mas já foi analisado o que estava sendo feito e nós vamos dar uma resposta. Não só uma resposta, mas essa questão das transferências.

Sobre a transferência foi falado, por exemplo, que um tipo de transferência, o João colocou aqui, você é chamado: olha, você tem essa unidade para ficar perto ou então a 50 minutos da sua residência ou do outro local de trabalho. Isso é inadmissível e vai ser levado à frente. Posso dizer que isso realmente não pode acontecer em hipótese alguma.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Não. Eu cheguei agora no gabinete, não vai... sim... certo. Gostaria...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vamos lá. Ele ouviu das 10h15min até agora. Eu sei que a gente tem dificuldade, têm reflexões diferentes, eu também tenho várias, mas vamos ouvir. Vamos ouvir. Por favor.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Eu vou fazer só as minhas colocações para a gente poder até debater. Estou aberto. Essa é uma colocação.

Como a senhora mesmo diz, estou totalmente... Já estive terça-feira, soube desse caso e estou trabalhando em cima disso. Tanto que é uma orientação - aí eu falo, orientação do Prefeito - fora essa reunião dos supervisores, de visitar o local para ter integração não só na Secretaria de Assistência Social, mas também com serviços, juntamente com as outras Secretarias como a Saúde, a Educação, a própria Habitação e a Subprefeitura. Porque antigamente a Subprefeitura tinha até o trabalho da Assistência, há duas ou três gestões atrás, mais ou menos, se não me falha a memória.

É um problema que estamos tendo, até porque a própria Subprefeitura tem que

conversar sim e o SAS tem que trabalhar em conjunto com a Subprefeitura, até porque é ela que está na ponta e sabe do serviço. O Prefeito pediu para estar atento a esse distanciamento e eu já estou fazendo algumas visitas, mas farei visitas nesses locais para poder até verificar.

Foi falado aqui da falta de funcionários, falado no começo por aquele quadro, eu anotei, depois, através das atas, devo conseguir esse material. É muito importante, agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Se puder até, não sei se tem *pen drive* aqui, mas se puder já deixar.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Senão a gente faz. Deixo o contato.

Foi pedido um canal aberto que tinha com a antiga Secretária Adjunta. Eu estou, da mesma forma, à disposição, sempre transparente. Há coisas que iremos concordar, coisas que vamos discordar e vai ter um debate que é importante.

É importantíssimo a presença da Câmara Municipal, não só do caso da Vereadora Juliana, mas de outros Vereadores, para poder ter essa fiscalização e aí também a coleta de informações que nós estamos tendo no dia de hoje.

Fiz questão de estar presente hoje. O Secretário viria, teve outro compromisso, mas estou aqui e vai ser tudo passado, não só ao Secretário, mas a toda Secretaria, para poder trabalhar.

Logicamente que algumas coisas vão ser solucionadas rapidamente, outras que vão ter discordâncias, mas com esse canal aberto nós vamos ter condições, não só em audiências públicas, mas poder trabalhar em cima disso.

A respeito do SAICAS, esse trabalho que teve dos dois conselhos, nós estamos sim correndo atrás da questão do orçamento de abaixar de 20 para 15. O aumento do quadro de atendimento, aumentando aí um número considerável de funcionários, nós vamos ter um trabalho forte a respeito do orçamento, até porque não tem condição desse orçamento estar abrindo esses novos serviços.

Falaram aqui em abertura de 15, mas até o final, para atender isso, vão ser mais de

32 SAICAS que terão de ser abertos. Falamos no comecinho 15 para fazer 2019, mas temos de terminar, até o início de 2020, tem de terminar. A preocupação é essa, tem de ter o atendimento, mas tem de ter o recurso para isso. Vários vereadores têm trabalhado em cima do assunto.

Eu e o Secretário vamos ter um despacho com o Prefeito, estamos pedindo esse despacho, para passar o assunto e aí sim a Secretaria de Assistência poder trabalhar em conjunto com a Secretaria da Fazenda, mostrando o que tem de serviços a mais do que foi planejado antes de todos esses movimentos. Lógico que teve essa resolução dos dois conselhos, mas é importante passar para a Secretaria da Fazenda.

Outro ponto, só estou dando uma pincelada, foi falado muito na questão do assédio, foi conversado na reunião de terça-feira; a questão do SAS, reunião na ponta, de vários aqui houve a reclamação do atendimento na ponta; a outra questão do orçamento que foi debatida, aí sim até peço uma atenção da Vereadora Juliana, já foi falado nessa questão do orçamento e nós estamos tentando. Ontem teve uma reunião sobre esse assunto, lógico que para tentar chegar, acho difícil chegar ao que foi colocado aqui na reunião do conselho, mas tentar melhorar o que foi proposto para nós, através da outra Secretaria. Mas logicamente que é o Governo.

Para finalizar aqui, foi falado da questão da Portaria 46. Peço a você que pediram a questão de saber...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Pode, pode. Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Duas perguntas. Uma é que existe um perigo no atraso dos repasses. Isso acontece sempre no começo do ano. É uma dificuldade real. Quais as garantias que não vai acontecer, principalmente neste ano que inicia?

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Vou responder só essa. Ontem nós tivemos uma reunião com o Fórum, foi levantada essa preocupação, estavam presentes eu, a Francini,

chefe de gabinete e o Secretário. Ele disse que faria de tudo para a organização de forma que não se tenha em hipótese alguma esse atraso. Até porque esse atraso dificulta as organizações, mas é lógico que dificulta para o usuário.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Então vai sim ser levado. Hoje, a gente está pedindo uma reunião com a Secretaria da Fazenda por causa desse problema e outros que aí estão. Tenho agora à tarde uma reunião com o chefe de gabinete do Prefeito. Um dos pontos a ser levado é o que foi discutido ontem no Fórum.

Vamos tentar de qualquer forma para que não haja, em hipótese alguma, esse atraso que já foi informado à Secretaria.

Outro ponto: O número de CTAs com o número de demandas é compatível? Não existe ociosidade? Em havendo essa ociosidade não seria possível canalizar essa receita para contemplar o chamamento do concurso?

Eu vou responder ... eu peço...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Menos. Menos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Vou falar só dos funcionários que você falou para terminar. Vou levar isso aqui para a Secretaria, para ser discutido. Já existe uma reclamação relacionada aos CTAs, eu passo isso ou para a Vereadora, para poder divulgar na Comissão (Ininteligível) ou então numa próxima audiência nossa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ele ainda está respondendo.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Calma, eu estou falando do funcionário e do idoso. Pode deixar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Eu sei. Sobre o chamamento público, foram chamados por último esses 50, eu e o Secretário José Castro já estivemos com o Secretário de Gestão César, pedindo que sejam chamados, que não caduque, em hipótese alguma, os últimos 150. Então houve essa reunião com o Secretário de Gestão na semana passada, ficaram de dar um posicionamento. Já peguei o telefone de vocês para marcar uma reunião pedindo.

Sobre o idoso. Primeiro eu gostaria de agradecer e parabenizar a presença. Conheço a Vereadora Juliana, já tinha falado do trabalho da senhora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Quero dizer que o mesmo canal que discuti com eles quero o canal com a senhora e com a organização.

O idoso é uma preocupação muito grande do Prefeito Bruno Covas, nós temos feito esse trabalho. Até porque as unidades relacionadas ao idoso, referentes à Secretaria de Assistência Social, vão ter novas inaugurações até o final do ano ou no começo do ano. Mas não é só a questão da inauguração, o Prefeito tem colocado bem nas suas falas que melhor do que abrir novos serviços é trabalhar e melhorar o que nós temos. Em vez de ter uma placa com o nome do atual prefeito é que você tenha um serviço de qualidade.

Estou no começo como Adjunto, logicamente, tem o Secretário, mas estou à disposição essas conversas e levar, não só para o Secretário, mas também para as outras Secretarias.

Tive a oportunidade de estar no gabinete, fiquei cinco meses, no início, na Prefeitura, com isso também deu uma visão geral de Prefeitura. Então isso vai fazer com que nós possamos fazer um trabalho.

Algumas coisas têm condições de trabalhar rápido e sair e outras vamos vir de novo, vamos ter várias discussões, mas nós estamos no serviço público, no Poder Público, o importante é que se tenha o debate e que se possa dar a resposta a vocês.

Fico à disposição.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vou passar para...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Resposta da 46, eu vou dar um retorno a você, posso até ir à própria Vereadora para poder falar com o Secretário e a Secretaria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Se você já puder deixar aqui, porque eu só tenho o seu nome, não tenho o contato, para a gente poder encaminhar.

Antes vamos ouvir a Defensoria. Eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento, antes de o Secretário sair. (Pausa.)

A SRA. ANA CAROLINA CABRAL - Estou pensando aqui em vários encaminhamentos possíveis, com relação a sua pergunta específica, para começar por isso, qualquer notícia de fechamento, uma notícia mais concreta a gente sabe que com as propostas de orçamento sem o aumento que deveria ser necessário, há um risco sério de comprometimento dos serviços e até de fechamento, mas quando tiver a notícia concreta pode encaminhar para o Ministério Público, para a Defensoria, mas, de qualquer forma, a gente está acompanhando *pari passu*, a gente acompanha o *Diário Oficial* todos os dias, mas é importante que vocês encaminhem as denúncias também para cada núcleo especializado que citei aqui para vocês.

No *site* Defensoria São Paulo, colocando esse endereço vocês já vão ter acesso aos oito núcleos especializados de cada temática, quem é da área da infância, juventude e façam as denúncias, encaminhem, a gente respeita o sigilo, o anonimato, recebemos denúncias inclusive de assédio. Tentamos fazer várias formas de enfrentamento, respeitando o tempo todo. Fiquem super tranquilos, e pedimos que encaminhem essas denúncias, o que a gente puder articular a gente vai, a gente orienta. Não sabemos como está com relação ao assédio, tem alguns avanços ou promessas de avanços, mas caso isso não se efetive, que

vocês procurem também o Ministério Público do Trabalho e que se crie uma política, que não existe, de combate ao assédio, uma política institucional dentro da prefeitura. Parece que isso não existe, a gente recebe, são muito sérias as denúncias de assédio dentro das SMADS. É muito triste ver, porque vocês querem atender bem a população e são tratadas mal as pessoas que vão atender a população. Obviamente ninguém consegue tratar bem, de forma humanizada, sendo tratada dessa forma. É impossível.

Com relação à questão do assédio é isso, nós garantimos o anonimato, o sigilo e a cada segmento também. Estou falando pelo núcleo da mulher, mas tem os outros núcleos. Com relação ao orçamento temos acompanhado, como a Pamela falou, tem uma reunião na semana que vem em relação a isso. Temos pedido estudos para especialistas, temos enviado ofícios que são importantes, apesar da burocratização e sabemos que em reuniões conseguimos respostas muito mais completas, mas vão trazer muitas vezes a negativa e os dados de forma oficial, a gente tendo isso é material para uma possível ação civil pública se necessário.

Houve a preocupação de uma TAC, termo de ajustamento de conduta, que pode ser proposta para prefeitura, gestão ou Executivo para tentar minimizar as relações. Seria antes de uma ação civil pública, então, vamos propor uma TAC para fazer alguns ajustes nessas violações identificadas. Temos trabalhado bastante, peço que vocês não deixem de provocar, somos cidadãos. O Ministério Público precisa dar respostas, não deixem de provocar. Eles têm competência investigativa, eles têm uma competência diferente da defensoria, eles têm esse caráter de investigação.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANNA CAROLINA CABRAL - Provocação, porque volta o peso para o cidadãos e trabalhadores. A gente continua provocando e exigindo as respostas e indo para as instâncias também, dentro das instituições. A defensoria também, a gente também faz essa articulação, a gente não pode desistir, é mais nesse sentido. Cansa, mas essas instâncias

estão aí, estão ganhando muito bem para estar aí. Não vamos esquecer que o sistema de justiça tem um salário altíssimo, vamos cobrar que esse trabalho seja revertido para a população de fato. Por isso a importância dos registros, dos encaminhamentos que já foram feitos, esse registro histórico, desde 2012, por exemplo, tem um inquérito civil sobre essa política. Cadê a resposta? Uma investigação em andamento, cadê o retorno? O Ministério Público tem um poder enorme e a gente não pode esquecer que ele é público.

A SRA. _____ – E a gente precisa cobrar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu preciso encaminhar algumas coisas senão não vamos sair sem encaminhamento. O que se falou, falou, o não falou passa para a próxima audiência. Doutora, finalize isso.

A SRA. ANNA CAROLINA CABRAL - Ainda que a gente tenha um tempo limitado, a gente está à disposição. Acabando a audiência, a gente continua recebendo essas denúncias, essas informações, continuamos registrando e acompanhando e cobrando junto com vocês. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Foi feito um resumo, por isso a minha angústia de terminar logo para tirarmos alguns encaminhamentos daqui.

A primeira coisa relatada: enviar as notas taquigráficas para o Ministério Público, Smades e defensoria pública. Então, isso é o papel da Câmara e vamos registrar essas denúncias, porque dali elas já têm uma gama de informações.

Segunda coisa, a supervisão do programa Criança Feliz, e esse é para o Secretário, a suspensão do programa Criança Feliz é urgente, até por tudo que foi exposto aqui. Dentro dessa nova organização da Secretaria, vocês estão começando a pensar nisso? Tem abertura para o diálogo para dialogarmos sobre essa suspensão e repensar a melhor forma combinada com os conselhos e com a sociedade civil para a gente avançar nesse processo? Já que o que foi implantado não tem recurso e não está funcionando do mesmo

jeito.

O encaminhamento das denúncias aqui apresentadas são em diversas esferas. É lógico que vão estar nas notas taquigráficas, a gente vai ter de organizar melhor isso. Os encaminhamentos das questões ligadas ao MROSC, o tempo de adaptação, anistia e Marco Zero, e as questões financeiras, queria dar uma sugestão bem específica para o Secretário. Nos dois anos anteriores, sou da Comissão de Saúde, em que estava o Secretário antigo, era uma briga. A gente não conseguia diálogo, a gente, o vereador, não conseguia diálogo, abertura, encaminhamento. Ele saiu e entrou o Secretário Edson Aparecido. Não estou querendo comparar secretarias, porque cada uma tem a sua forma de trabalhar. Mas ele criou uma metodologia muito interessante. Primeiro, colocar a abertura da comissão, ele vem e conversa a cada mês ou os vereadores levam os movimentos para conversar na secretaria e estabelecer caminhos de diálogo. E tem uma equipe muito boa, uma equipe, primeiro, que escuta; segundo, ajuda a resolver o problema, não é 100% que resolve o problema, a gente sabe que não, mas pelo menos você tem uma abertura de começar a compreender o problema e efetivar, acho que valeria muito a pena a gente pensar nisso aqui. Por quê? Infelizmente a assistência e o Secretário antigo esticaram a corda demais e nessa esticada ninguém consegue se ouvir e não tem avanço.

Eu achava que a gente precisava criar uma equipe boa e junto que estão e outros que vão entrar e incluo a defensoria pública, e o se o Ministério Público quiser estar junto para pensarmos algumas coisas em comum. Sozinha a assistência também não vai conseguir brigar com o orçamento. A Secretaria vai pedir o orçamento, mas quem vai brigar pelo orçamento é a gente, para falar com os vereadores.

Então, acho que podemos pensar nisso e tentar encaminhar as questões orçamentárias. Uma coisa é a secretaria, a defensoria está fazendo o papel certinho, segunda-feira vai sentar com o relator. E nós? Já pensamos nisso? É esta semana, não tem outra. Eu me coloco à disposição para poder ter essa agenda com o relator. Não sei se vai dar tempo da

gente ser incluída na reunião com a defensoria, acho que não porque tem de preparar um documento. Temos de pensar nisso, mas tem de ser esta semana.

Sexto, intermediar com os conselhos as questões dos SAICAs. Eu não estou entendendo, não sei quem escreveu.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – E tem alguma coisa a mais, não sei. Acho que também é nessa relação, se o senhor vai ter alguém que possa junto ter uma equipe específica que a gente vai pensar, vai olhar, é muito trabalho, eu sei, mas é necessário neste momento.

Sétimo, reunião com o prefeito para rever a mudança do valor venal autorizado para aluguel ampliado para 1,5%, isso em relação ao orçamento. A gente pode falar, mas acho que só para o ano que vem, para o próximo orçamento.

Acho importante a gente sim abrir uma conversa com o prefeito e o secretário para podermos selar essa nova fase, essa nova caminhada que vocês estão colocando aqui. Isso eu concordo e já especificando o que foi colocado aqui. A gente discutir antes para quando chegar no orçamento estarmos preparadas, porque senão a gente fica correndo e discute em tempo inábil.

Resposta sobre o concurso público. Pelo que entendi já foi colocado aqui e também acho que vale a pena termos uma reunião específica e acho que tem a Secretaria de Finanças, não pode ser só a de assistência social, porque a Secretaria de Finanças, da Casa Civil e de Gestão seria importante fazermos essa reunião. Eu vou chegar com vocês e vão dizer que não é comigo, é com finanças. Então, se está todo mundo na Mesa, fica claro. Pode ser assim esse encaminhamento?

E o nono, olhar para os trabalhadores do SUAS e pelo que entendi, olhar pelos trabalhadores do SUAS, o que você está dizendo é que segunda-feira vai ter uma primeira conversa de equipe, é isso? A gente já iniciou, na terça-feira foi muito bacana porque eu não

estava presente, mas estava atenta. A assessoria estava, iniciou-se e já trouxeram uma resposta. Iniciamos, mas não significa que resolveu. Se tiver uma equipe de trabalho da Secretaria, nós gostaríamos de pensar em composição, se é do sindicato, se é do Comas, enfim, está mais próximo para podermos tirar essas coisas da frente e a gente avançar.

Isso foi o resumo que a gente fez dessas 10:15 até 13:30, isso aqui, olhar para os trabalhadores do SUAS, e quando falo na equipe é não só visualizar a questão do assédio, mas também a questão do orçamento, do estudo, verificar o que a gente tem, é mais amplo, não finaliza agora, pelo que estou compreendendo.

São 13:30, não sei se o Secretário concorda com o que coloquei, ou vai fazer algumas observações? Não sei para tirarmos encaminhamentos mais efetivos desse encontro.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Isso tudo foi colhido pela audiência pública, portanto, não tem como negar ou concordar, acho que é o encaminhamento da audiência pública e a Secretaria vai se posicionando, isso dá para cumprir, isso não dá porque não posso em hipótese alguma, foi encaminhamento da própria população.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tanto a reunião dos servidores públicos quanto essa questão do SAICAs e a reunião do prefeito, será que a gente poderia, não sei se vai dar tempo este ano. Vamos combinar que hoje é dia 1º. Pelo menos um desses encontros, não com o prefeito, mas pensarmos nessa questão: Secretaria de Assistência, Gestão, Civil, Finanças. E fico à sua disposição para ajudarem a organizar essa reunião no que for possível.

É isso? Não? Ficamos falando por cinco horas, pelo alguma coisa a gente avançou. Então, gostaria de agradecer muito a todos, defensoria, militância e vamos juntos construindo essa resistência porque é dessa forma que vamos conseguir avançar e não vir esse dragão imenso que aparenta, mas a gente é formiguinha, comemos pelos pés e derruba para poder avançar com uma política pública para a população.

Muito obrigada. (Palmas)